



Faculdade de Ciências Sociais

Mestrado em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais

Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais

UCP/UCM

TEMA: Moçambique 20 anos de Paz, que desafios para a sua manutenção e consolidação?

Orientador: Prof. Convidado, Gen António Fontes Ramos

Número: 104414033

Ano Lectivo 2014/2015

Lisa Mónica Martinho Langa

Quelimane, 2015

Universidade Católica de Moçambique
Faculdade de Ciências Sociais
Curso de Ciência Política Governação e Relações Internacionais
Quelimane

Projecto Para Tese de Mestrado em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais

Moçambique 20 anos de Paz, que desafios para a sua consolidação e manutenção?

Quelimane 2015

Índice

5.....	Declaração de honra
6.....	Dedicatória
7.....	Resumo
8.....	Agradecimentos
9.....	Lista de Abreviaturas
10.....	Introdução
11.....	Problema
12.....	Objectivo Geral
12.....	Objectivos Específicos
12.....	Hipoteses
12.....	Justificativa
13.....	Metodologia
14.....	Capitulo I-Contextualizacao da Situação
14.....	O Caminho para a Paz
17.....	Capitulo II – O Acordo Geral de Paz
17.....	Princípios Doutrinários
20.....	Análise do Acordo Geral de Paz
26.....	Capitulo III-O Cumprimento do Acordo Geral de Paz
26.....	O Regresso a Violência
27.....	Análise dos Comentários e Críticas
32.....	Capitulo IV- Os Desafios para a Consolidação e Manuntenção da Paz em Mocambique
32.....	A Visão da Sociedade Civil
42.....	Considerações Finais

46.....	Capitulo V-A Via para a Paz
46.....	Novos Acordos Assinados
50.....	O Clamor pel Paz. Os Apelos da Sociedade Civil
56.....	Conclusão
60.....	Bibliografia

Declaração de Honra

Declaro por minha honra que o presente trabalho constituí o resultado da minha investigação pessoal, foi por mim elaborado a partir dos recursos que ao longo do mesmo se fazem referência, bem como nas orientações do meu supervisor, estando referidas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Quelimane, Agosto de 2015

A Mestranda

(Lisa Mónica Martinho Langa)

Dedicatória

Ao meu marido Elcídio Augusto Samo Paruque, aos nossos filhos, Ervin Elcídio Paruque e Tanaya Lisa Paruque, a minha mãe Maria Margarida Martinho e a minha sobrinha Margarida Priscila Rogério Langa, para além do meu amor, o muito obrigado pelo suporte e apoio incondicional em todos os momentos da vida. Bem hajam, tenha-vos Deus no coração, sempre.

Ao meu pai Obadias Marcos Langa (em memória) e ao meu irmão Rogério Obadias Langa (em memória) para que continuem olhando e protegendo-nos a todos, lá do céu, à direita de Deus.

Resumo

Esta tese tem como objectivo principal analisar os desafios existentes no cumprimento dos protocolos acordados e assinados para a paz em Moçambique. De facto, apesar de terem passado mais de 20 anos desde a sua assinatura, mantem-se um clima de instabilidade e de desconfiança com acusações mútuas entre os protagonistas do Acordo Geral de Paz, levando a crer que a reconciliação ainda não é efectiva e completa. As relações entre estes protagonistas tendem a deteriorar-se à medida que o tempo decorre, algo que os moçambicanos esperavam que acontecesse ao contrário e que existissem hoje mais sinais de maturidade política, e de entendimento na busca da paz, e não o exacerbar de tensões ou o regresso da violência. O que é nefasto para o país, numa altura em que a descoberta e exploração de recursos minerais podem catapultar o nosso desenvolvimento colectivo, se formos capazes de criar um ambiente de paz e tranquilidade social.

Nesta pesquisa procuraremos identificar alguns dos desafios a serem ultrapassados para que seja possível vencer as dificuldades actuais e o país possa viver efectivamente a verdadeira paz, socialmente reconciliado, num processo de manutenção constante dos valores da paz. E que os políticos moçambicanos levem a sério e com responsabilidade o processo de busca constante da paz de Moçambique, como um todo, deixando de lado os seus interesses exclusivamente particulares e perdendo de vista a sociedade no seu geral.

A paz é um bem incomensurável para todos os moçambicanos. Quem sempre vai sair a ganhar com paz em Moçambique são os próprios moçambicanos, portanto é também dever destes mesmos moçambicanos participar nesse esforço constante que vai desde as pequenas atitudes às acções ao mais alto nível para se construírem alicerces da paz, ultrapassarem os desafios que possam ir surgindo na vida política e na sociedade e que sempre se privilegie o diálogo e a reconciliação neste processo.

Palavras-chaves: Paz, Acordos de Paz, Desafios, Manutenção da Paz, Reconciliação, Diálogo e Cumprimento.

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a paciência e entrega de meu supervisor Prof. Conv. Gen António Fontes Ramos. O meu profundo e sincero agradecimento pela sábia, metodológica e pragmática orientação.

Agradeço igualmente a todos professores da Universidade Católica Portuguesa (Prof. Drs: Adérito Gomes Barbosa docente de Metodologia de Investigação Científica; Francisco Proença Garcia-docente da cadeira de Geopolítica Prospectiva de Moçambique; Sónia Ribeiro- docente da cadeira de Relações Internacionais e Integração Regional em África; José Gomes André-docente da cadeira de Tradição da Liberdade; António Fontes Ramos-docente da cadeira de Resolução de Conflitos; Nuno Sampaio- docente da cadeira de Regimes e Sistemas Políticos; Luís Valença Pinto- docente da cadeira de Tecnologia e Política de defesa e Segurança de Fronteiras Nacionais; Eugênia Gâmbôa-docente da cadeira Análise Política de Políticas Públicas; José Manuel Moreira-docente da cadeira de Teorias de Estado, Administração e Políticas Públicas e Elisabete Azevedo Harman-docente da cadeira de Transições Políticas e Política Africana Contemporânea.

Ao Msc. Gaudêncio Material coordenador do curso pela Universidade Católica de Moçambique.

Ao Dr. Armindo Tambo director da UCM Zambézia –Quelimane.

Aos amores da minha vida Elcidio Paruque, meu querido e amado esposo, companheiro, amigo, irmão, pai e mãe, filho, meu tudo. Que apesar das adversidades e desafios da vida nos mantivemos juntos em todos os momentos.

Aos meus queridos e amados filhos, o meu desafio diário da maternidade, por quem peço e rogo a Deus todos os dias para saber educa-los e cria-los, Ervin Elcidio Paruque e Tanaya Paruque. Vocês são a minha felicidade.

Aos meus colegas e Amigos do curso; Rafael Raso, Aboobacar de Sousa, Catarina Matete, Calídia Fernando, Rabia, João Zamissa, Ivone Cambembe, enfim todos colegas do curso.

Por último o meu muito obrigada à Universidade Católica de Moçambique pela oportunidade de ingressar neste curso.

Lista de Abreviaturas

AGP - Acordos Gerais de Paz

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

MDM - Movimento Democrático de Moçambique

STV- Soico Televisão

UCM - Universidade Católica de Moçambique

UPC - Universidade Católica Portuguesa

FADM- Forças Armadas de Moçambique

CCF- Comissão de Cessar Fogo

CNE-Comissão Nacional de Eleições

ONUMOZ- Organização das Nações Unidas em Moçambique

PRM- Policia da República de Moçambique

NIMD- Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária

DDR-Desarmamento, desmobilização e Reintegração

RSS- Reforma do Sector de Segurança

RRR- Reforma, Reconstrução e Reconciliação

AAR- Ajuda e Assistência Humanitária

NU – Nações Unidas

1. Introdução

Todo o Estado é, como sabemos, uma sociedade, tendo como seu princípio a esperança dum bem, como sucede com qualquer associação, pois que todas as acções dos homens têm por finalidade o que eles consideram um bem.

Aristóteles, Tratado da Política

A presente tese de mestrado versa sobre os desafios que se colocam à Manutenção e Consolidação da paz em Moçambique, decorridos que são mais de 20 anos após a assinatura em Roma do Acordo Geral de Paz em 1992.

Pretende-se em particular com este estudo, analisar as questões e problemas levantados ao longo do tempo e compreender melhor como os actores políticos e os protagonistas do Acordo Geral de Paz têm desenvolvido os seus esforços na busca permanente deste bem para o País e o povo, já que, como se sabe, a construção e a consolidação da paz requerem um grande exercício de conjugações de esforços, vontades, maturidade, abertura, diálogos, encontros, debates, entendimento, respeito e cedência mútua e sobretudo e principalmente o sentido da preservação do interesse nacional acima de interesses particulares políticos ou pessoais.

Ultimamente as tendências e contornos em torno da paz em Moçambique, têm-se mostrado incertos e as posturas hostis, demonstrando existir um grande desafio a ser ultrapassado para que a paz seja possível. Uma das queixas mais propaladas reside na acusação de eventualmente existirem cláusulas, nos protocolos assinados em 1992, que ambos os protagonistas não cumpriram na íntegra, o que tem gerado insatisfações, desconfianças e queixas mútuas entre as partes, que se vão novamente tornando desavindas, pondo em causa a convivência social e a paz.

Do ponto de vista das pessoas comuns existe uma preocupação evidente com esta situação e o que mais se deseja é que os protagonistas entendam que para consolidar e manter a paz é necessário que se empenhem em dialogar, debater, e ajustar posições para poderem ultrapassar as suas diferenças, e entender que todos devem dar o seu contributo efectivo na busca, conquista, construção e manutenção da paz, dado que ambos são insubstituíveis neste processo.

O clima de constantes ameaças e de trocas de acusações entre os protagonistas do AGP, não ajuda em nada o país que deveria focar-se no seu desenvolvimento e na redução da pobreza absoluta nas populações.

O interesse do país como um todo e a realização da justiça e do bem comum, devem constituir a referência última que levem as partes a entender-se a bem da paz de todos e da reconciliação nacional.

Paz não é só a ausência dos combates. Paz é também o “restabelecimento das relações de amizade ou de concórdia...”, a “ausência de perturbação da ordem pública e da normalidade institucional”, mas também o “o estado de tranquilidade, moral e espiritual” que permite uma vida calma e tranquila das pessoas¹.

Reconciliação é o “restabelecimento de boas relações entre as pessoas desavindas”, mas é igualmente “o reatamento das relações de carácter pessoal ou político” que leva à “recuperação do ânimo, do alento, da confiança” no fundo é o acto ou efeito de reconciliar, ou restabelecer o acordo entre pessoas que se tinham malquistado, isto é, fazer as pazes².

1.1 Será este desafio irrealizável em Moçambique?

Segundo GONÇALVES (2014; p.144-145) “a paz vive da cultura de paz e pela cultura de paz assim como o peixe vive na água”. Os homens e os países que desejam viver em paz devem promover a cultura de paz e para tal há que lançar mão dos melhores meios de educação para a paz. Os políticos devem falar a linguagem da paz e levar os cidadãos a conviverem pacificamente num Moçambique reconciliado e cada vez mais unido. A nossa sociedade deve erguer mais monumentos celebrativos da paz e da reconciliação nacional pois só assim os moçambicanos se vão aproximar cada vez mais e também vão consolidar as suas relações.

A questão de principio que, portanto, profundamente se me coloca e que julgo partilhada por muitos moçambicanos, é a seguinte: Quais os desafios que se colocam à manutenção e consolidação da paz em Moçambique? Quais os motivos de dissensão? E que esforços têm sido envidados para os ultrapassar?

1.2 Problema

Que desafios existem e que esforços têm sido envidados para a manutenção e consolidação da paz em Moçambique?

¹ Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências, Verbo, 2001, II Vol, p. 2790

² Op. Cit. P. 3121

1.3 Objectivos do trabalho

1.3.1 Objectivo Geral

Compreender os desafios existentes para a manutenção e consolidação da paz em Moçambique.

1.3.2 Objectivos Específicos

- Identificar as principais queixas, diferendos e críticas proferidos pelos protagonistas do Acordo Geral de paz e dos subsequentes Acordos Estabelecidos;
- Avaliar o cumprimento pelos protagonistas do Acordo Geral de Paz e respectivos protocolos assinados em 1992, para uma paz efectiva, reconciliadora e permanente em Moçambique;
- Analisar os esforços políticos que se têm estado a desenvolver para fazer a paz; manter a paz e construir a paz em Moçambique.

1.4 Hipóteses

- A ausência de diálogo permanente a vários níveis entre os protagonistas do acordo geral de paz pode ser o factor determinante para a manutenção da paz efectiva e permanente;
- O Não cumprimento de cláusulas fundamentais dos acordos pode ter constituído forte motivo de divergência, desconfiança mútua e regresso à violência;
- As Queixas e divergências mútuas transcendem os Acordos escritos estabelecidos, mas decorrem de questões políticas consideradas essenciais ao desenvolvimento da sociedade num ambiente democrático de paz, justiça e equidade;
- Provavelmente os protagonistas do acordo geral de paz não observaram na íntegra os protocolos assinados para garantir uma paz permanente em Moçambique.

1.5 Justificativa

Moçambique é um País pobre e subdesenvolvido, mas com inúmeras potencialidades. Todavia para trilhar o caminho do desenvolvimento com base nas próprias capacidades e tornar-se igualmente num destino apetecível a investimentos internacionais que complementem as potencialidades nacionais, precisa de um ambiente socialmente sadio, politicamente pacificado, tranquilo e seguro, ou seja, de uma paz verdadeira, efectiva e reconciliadora, daí que os actores políticos Moçambicanos se devam empenhar para garanti-la permanentemente.

Justifica-se a abordagem e relevância deste estudo pela importância da manutenção da paz em Moçambique para catapultar o desenvolvimento em geral e a exploração dos recursos

disponíveis, o crescimento da economia, estreitamento de relações culturais de amizade e garantia do bem - estar dos Moçambicanos.

1.6 Metodologia

Para o desenvolvimento desta dissertação serão tidos em consideração os princípios doutrinários referentes aos processos para o estabelecimento, manutenção e consolidação da paz, face aos quais se basearão as conclusões que visamos estabelecer.

Serão recolhidos e analisados os comentários expressos publicamente pelos principais intervenientes dos Acordos Gerais de Paz com base nas suas declarações efectuadas em órgãos de comunicação social públicos que tendencialmente melhor reflitam as respectivas opiniões, (artigos dos jornais, canais televisivos, monografias) e pesquisa bibliográfica e na Web-blogs.

Após a sintetização das posições mútuas eventualmente complementadas pelas de outras formações políticas, económicas e sociais moçambicanas, efectuaremos a sua apreciação, tendo em conta o conteúdo previsto nos acordos gerais de paz para se procurar determinar se essas queixas resultam de efectivo incumprimento do previsto, ou se decorrem de questões que os transcendem.

A seguir será listada e analisada a legislação produzida nos órgãos legítimos moçambicanos em resposta aos anseios apresentados, para se concluir se existiu ou existe uma tentativa de real para ir ao encontro dos grandes princípios estabelecidos nos Acordos de Paz.

Finalmente será apresentada uma reflexão final para apresentar as considerações tidas por relevantes para se manter um sistema político aberto que seja sentido como participativo, inclusivo e propiciador da estabilidade e do desenvolvimento em que todos os moçambicanos se revejam.

O estudo terá uma abordagem qualitativa envolvendo a reflexão sobre os 20 anos de paz em Moçambique.

Capítulo I: Contextualização da Situação

1.1 Antecedentes

Neste capítulo vamos efectuar uma caracterização do ambiente pós-independência e nomeadamente das circunstâncias que terão contribuído para o desenvolvimento duma grave situação conflitual que se arrastou durante anos causando centenas de milhares de mortos e estropiados, a desarticulação da economia e uma quase paralisia das funções do Estado.

Segundo Janete Cravino (2005, Revista nº 2446), “a Frelimo que assumiu a liderança do país em 1975 num regime de partido único, afastando todas as restantes expressões políticas e sociais livres, “banidas do processo político” e de governação, levou à “dissensão e radicalização interna e a uma crise de legitimidade que não tardou a exprimir-se pela violência”.

A autora citada lembra ainda que no contexto de Guerra-fria da época, além das questões internas, também no exterior existiam países com “interesses muito claros em abolir o marxismo instalado em território moçambicano”, citando a Rodésia e a África do Sul. E poderemos nós acrescentar a União Soviética, do outro lado, firme apoiante da Frelimo.

A guerra civil que se seguiu, arrastou-se dolorosamente durante anos impulsionada pelos diferentes interesses internos e externos, até que foi atingindo uma situação de impasse que as forças em presença da Frelimo e da Renamo não poderiam ultrapassar. Em termos técnicos ter-se-ia atingido o “Hurting Stalemate” entendido como a circunstância em que “ambos os lados consideram que não podem atingir os seus objectivos com a continuação da violência e que sofrerão custos pesados se prosseguirem a mesma via” (RAMSBOTHAM, Oliver et al, p.178).

É assim que no início da década de 80 se iniciam os primeiros contactos envolvendo os antagonistas que levam, se bem que com pouco sucesso prático, a uma ronda de negociações envolvendo a FRELIMO e a RENAMO em Pretória em 1984, onde, segundo Janete Cravino se visava “por um lado, a legitimação do poder instituído e, por outro lado, o reconhecimento da RENAMO como força política.”

1.2 O Caminho para a Paz

Crescem as vontades nacionais para extinguir a guerra e mudar a confrontação violenta para a via do diálogo político democrático e pluralista, em que se destacam os esforços do Episcopado moçambicano que levou a novos encontros em Nairobi no Quénia em 1989 e já no final da década, em 1990, em Blantyre no Malawi, ainda que sem efectivos resultados.

E perante uma situação de grave desgaste nacional, de destruições crescentes e generalizadas ao longo do país e duma vaga dramática de deslocados e refugiados, assiste-se a nova tentativa de lançamento do diálogo liderada pelo Arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves com a sugestão

do recurso à Comunidade de Santo Egídio como mediadora, na sequência da qual se efectua um encontro directo “aberto e franco, o primeiro a ter lugar entre as duas partes” em 10 de Julho de 1990, na Comunidade de Santo Egídio em Roma.

É neste contexto que se define e reconhece a constituição da “mediação” que passa a incluir os representantes do Governo da República de Itália, da Comunidade de Santo Egídio e da Igreja Católica de Moçambique, na pessoa do Arcebispo da Beira, considerado nos documentos formais seguintes o “coordenador dos mediadores”. Outras instituições e países participaram nas negociações, mas a sua função, se bem que importante, foi considerada como sendo de “observadores”. Foram eles as Nações Unidas, os Estados- Unidos, a França, Reino Unido e Portugal. E, mais tarde, o Zimbabué e o Botswana³.

Ao longo dos anos de 1991 e 1992 são discutidos e aprovados vários Protocolos entre as partes que no seu conjunto são os componentes base do Acordo de Paz assinado a 4 de Outubro de 1992

Malyn Newitt, (2012, p.488-489) nota que a guerra civil, que se iniciou por volta de 1977, apenas alguns anos após a independência nacional, constituiu um efectivo instrumento de desestabilização do governo da Frelimo, concretizado nomeadamente pelas sabotagens de infraestruturas múltiplas, como estradas e os caminhos-de-ferro. E considera que por volta de 1987, as conversações entre a Frelimo e a Renamo se tornam indispensáveis, começando-se de facto a elencar as alternativas para instaurar a paz, onde entrariam negociações formais. Newitt refere que, em consequência, no decurso de 1990, a Frelimo preparou mudanças constitucionais de longo alcance para acabar com o regime de partido único. De facto, em 2 de Novembro de 1990 é aprovada na “Assembleia Popular” a Constituição de 1990 abrindo espaço para o “pluralismo político” partidário. Durante o ano de 1992, tornou-se evidente que o progresso das conversações a decorrer em Roma levaria a um Acordo de Paz, o qual foi de facto assinado a 4 Outubro de 1992, levando à realização de eleições multipartidárias.

O processo de paz de Moçambique revelou-se tortuoso, com várias negociações abortadas pelo caminho, mas finalmente predominou o sentimento de que acima das partes estavam os moçambicanos, e que, embora divididos, todos ansiavam pelo fim da guerra, sendo generalizada a vontade de colaboração por um Moçambique melhor, devendo as Partes concentrarem-se no que as unia, não naquilo que as separava, e renunciando à violência como meio de obtenção dos seus fins próprios.

³ São estes os termos usados no texto dos vários Protocolos que constituem o Acordo Geral de Paz de Moçambique em relação à identificação dos mediadores, do coordenador dos mediadores e dos observadores. O Acordo Geral de Paz de Moçambique foi legitimado em termos de legais através da Lei 13/92 da Assembleia da República que o aprova e o torna “executório” em Moçambique, criando para efeitos legais todos os organismos previstos no Acordo.

Vivia-se a esperança que as partes interiorizassem que a paz não resulta da apatia, da resignação ou da consecução de um equilíbrio periclitante, mas da actividade consciente e intencional para um estado mais próximo da felicidade que todo o homem procura.

A paz, como vimos, não é unicamente a ausência de guerra, não se reduz a um mero equilíbrio de forças adversas, nem provém de um domínio despótico, mas define-se, pela razão, pelo desejo de um bem-estar partilhado, enfim pela moral e pela justiça. É um desiderato que finalmente radica num desejo humano profundo inscrita na sociedade humana pelo “divino fundador” e que os homens, desejosos de uma justiça mais perfeita, hão-de fazer amadurecer, “a paz jamais é uma coisa adquirida de uma vez para sempre, mas tem de continuamente estar em construção”.

Inês Bolinhas (2005, Revista nº 2439) acrescentou ainda que o problema da paz se identifica também com o problema da conquista de uma identidade moçambicana a qual só se consegue com a conjugação de esforços de cooperação entre os moçambicanos e da construção da unidade social e económica nacional, o mais possível autónoma, sendo este um processo longo e duradouro.

Finalmente vale a pena citar Brazão Mazula, (2015; p.68) que lembra que após um longo período muito penoso de 16 anos de guerra influenciado pela guerra fria, o país só alcançou a paz, a muito custo, por volta da década 90. Mas verifica consternado que ultimamente o país tem vivido momentos de tensão política grave, o que tem distanciado cada vez mais os dois protagonistas deste processo.

Capítulo II: O Acordo Geral de Paz

“Bem aventurados os homens que procuram e trabalham pela paz, pois serão chamados filhos de Deus” (Bíblia Sagrada, 2012;1145)

Neste capítulo procurarei apresentar uma análise geral do Acordo Geral de paz, assinado em Roma entre o Governo da República de Moçambique e a Renamo, documento oficializado em Moçambique pela Lei 13/92 de 14 de Outubro para o “tornar executório”.

2.1 Os Princípios Doutrinários

Todavia apresentarei previamente algumas considerações doutrinárias para que se possam analisar e enquadrar as opções adoptadas, mas sobretudo para que, nos capítulos seguintes, seja possível comentar à luz dos conceitos teóricos as áreas em que existiram eventualmente, alguns desvios em relação ao que a teoria refere.

E começaria numa abordagem geral às questões da vida em sociedade, pela visão de Maurice Duverger⁴. Este considera que as relações de cooperação e de conflito são elementos sempre presentes na vida social. E que a política visa, por um lado, alcançar o “interesse geral”, a “justiça e o bem comum” contra as pressões dos interesses particulares, mas por outro, destina-se também a permitir recolher igualmente as visões conflitantes e as reivindicações dos diversos elementos sociais, para que os diferentes pontos de vista sejam ouvidos, entendidos e a sua resolução possa ser efectuada por ajustamento mútuo de interesses, para que os conflitos não se tornem violentos. É esse de resto o papel das instituições, sendo o Parlamento o local próprio e a instituição concebida justamente para debater os múltiplos pontos de vista da sociedade, para que daí se possa partir para um ajuste de posições em nome do interesse de todos.

O que parece importante em Duverger é a indicação de que este esforço da política para atingir uma sociedade melhor, mais coesa, mais justa e mais integrada, onde todos se sintam representados e realizados, passa por um esforço constante articulado em três etapas (Duverger, 1966 pp. 299 a 311).

- “A supressão da Violência”. Aceitando que as questões políticas por encerrarem questões essenciais e poderem facilmente tomar uma expressão violenta, Duverger entende que a supressão da violência é a primeira questão da política. A violência gera

⁴ Duverger, Maurice, *Sociologia Política*, Forense, 1966, pp. 26 e 27

hostilidade, ressentimento, vingança o que afasta a obtenção de soluções em paz. Terminar a violência é, pois, condição indispensável para promover a integração.

- “O Estabelecimento de Compromissos”. “Estabelecer compromissos é uma das funções essenciais da política”. E as instituições políticas foram concebidas exatamente para tal. Para permitir ouvir e debater os diferentes pontos de vista e argumentos e, no final, serem capazes de pôr fim aos conflitos por meios não-violentos, pela negociação de compromissos “por ajuste de interesses”.
- “O Desenvolvimento de Solidariedades”. Uma sociedade sem conflitos, não está ainda integrada. É necessário fomentar em todo o tempo o desenvolvimento de solidariedades, sejam elas mecânicas, psicológicas ou inter-geracionais. Uma sociedade só pode estar realizada quando, nesse colectivo, cada um dos seus membros “encontre a expressão total do seu ser”

Concretamente em relação aos Acordos de Paz e à problemática da sua implementação teórica, nomeadamente sobre as acções de consolidação da paz a seguir ao estabelecimento dos Acordos, partir-se-á do conteúdo do documento do Secretário-geral das Nações Unidas, de 3 de Jan de 1995, “Supplement to an Agenda for Peace” em que este reconheceu que a “validade do conceito da consolidação da paz pós conflito⁵ tem tido um reconhecimento geral.” E em que chamou a atenção para que medidas como a “desmilitarização, o controlo das armas ligeiras, a reforma institucional, melhoria dos sistemas de policiais e judiciário, a monitorização dos direitos humanos, a reforma do sistema eleitoral e o desenvolvimento económico e social podem ser tão valiosas para prevenir os conflitos como para sarar as feridas depois dos conflitos terem ocorrido.”⁶

Na sequência deste documento, foi publicado pelas Nações Unidas, no ano seguinte, “um Inventário das Actividades de Consolidação da Paz Pós-Conflicto” que apresenta uma análise mais estruturada destas medidas. De notar que as NU consideram que essas actividades devem ser incorporadas logo que possível⁷ na Estratégia de Desenvolvimento dos países e que são especificamente relevantes nas situações pós conflictuais porque tratam de problemas que se não forem resolvidos podem levar ao retorno da situação de conflito.

E estas actividades estão agrupadas em 4 áreas:

- Ajuda e Assistência Humanitária (AAH) no contexto pós-conflicto: que inclui as medidas de apoio imediato e básico nas áreas afectadas pelo conflito que vão desde o

⁵ No original “post-conflict peace-building”

⁶ Secretário-Geral das NU, “Supplement to an agenda for peace: position paper”, para 47 em <http://www.un.org/documents/ga/docs/50/plenary/a50-60.htm> visitado em 8/7/15

⁷ Departamento de Informação Económica e Social e de Análise de Políticas das NU, “An Inventory of Post-Conflict Peace-Building Activities”, pp. 1 e 2

fornecimento de água potável e sanitização, apoio alimentar, sanitário, desminagem até à reconstrução do aparelho administrativo nas áreas afectadas;

- Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR): em que se efectua o desarmamento dos ex-combatentes, à sua desmobilização e à reintegração social dos refugiados, deslocados e ex-combatentes que não forem destinados a servir nas estruturas de segurança (polícia, forças armadas, etc.)
- Melhoria dos Direitos Humanos e Estabelecimento de um Sistema Participativo de Governo a todos os níveis: o documento lembra que os conflitos internos levam à frequente violação dos direitos humanos nas áreas de conflito pleno pelo que sugere uma robusta campanha de promoção de defesa dos direitos humanos, após as situações de conflito. Mas esta área refere-se igualmente ao estabelecimento de um sistema participativo de governo que “responda às aspirações e valores culturais do povo”. Que permita que “todos os membros da sociedade, sem discriminação possam participar plenamente na vida política, civil, económica, social e cultural, tendo em vista evitar um regresso à violência.”⁸ Que leve à realização de eleições livres e justas para que a paz seja mantida. Finalmente, nesta área estão também consideradas as medidas destinadas à prevenção do crime e à administração de justiça. Recentemente esta área tem sido reunida à da reformulação de todas as estruturas de defesa, segurança e justiça que passou a ser conhecida pela área da Reforma do Sector de Segurança (RSS)
- Reabilitação, Reconstrução e Reconciliação. Nesta área o documento reúne as actividades ligadas à restauração da vida económica, da produção e comércio que ultrapassa a âmbito deste trabalho, mas inclui a Reabilitação da Sociedade Civil, que nos interessa e é determinante para “o restabelecimento de relações entre grupos que estavam anteriormente em conflito...”⁹. O documento articula as actividades de Reabilitação da Sociedade Civil em dois níveis: O nível nacional e o nível local, dando conta das várias áreas que devem ser tratadas.

Em síntese, iremos considerar como elementos analíticos críticos da base conceptual para análise da evolução do sistema de paz em Moçambique as seguintes actividades:

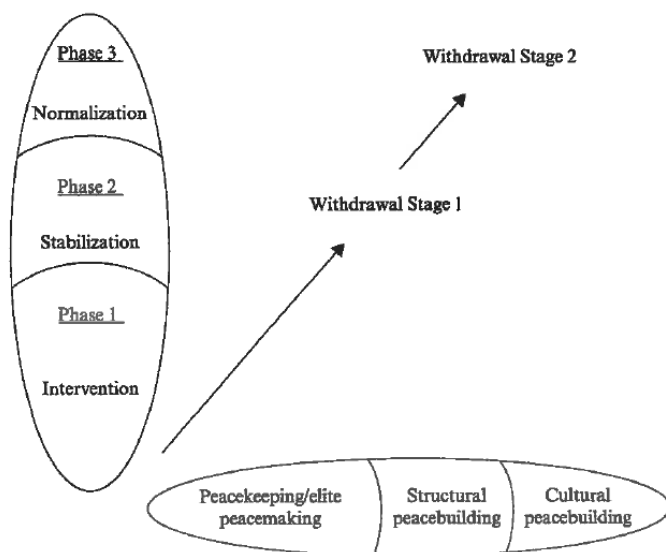
- A Ajuda e Assistência Humanitária (AAH);
- O Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR);
- O Estabelecimento de um Sistema Participativo de Governo a todos os níveis;
- A Reforma do Sector de Segurança (RSS);
- E a Reabilitação da Sociedade Civil.

⁸ Op cit., p. 45

⁹ Op cit., p 59

Será em relação a estes aspectos que habitualmente constam dos Acordos de Paz, mas que são frequentemente esquecidos no pós-conflito, que se centrará, por isso, a análise de comentários e acusações dos protagonistas dos AGP.

Finalmente, segundo Ramsbotham, Oliver¹⁰ a progressão da consolidação da paz (de acordo com a figura seguinte)¹¹ faz-se passando da fase de intervenção para a de estabilização e finalmente de normalização, a que correspondem à etapa do estabelecimento da paz (peace making) para a consolidação Estrutural (Structural Peacebuilding) e finalmente para a consolidação cultural (cultural peacebuilding).



Este quadro de análise permitirá conceptualmente verificar em que fase do processo de pacificação Moçambique se encontra face às áreas que consideramos críticas para a consolidação da Paz.

2.2 Análise do Acordo Geral de Paz

Serão analisados em geral os conteúdos dos diferentes Protocolos que dão corpo ao Acordo para que se compreendam as opções políticas, administrativas e militares que foram acordadas entre as partes.

Assim poderemos dizer que o Acordo Geral de Paz é constituído basicamente por sete Protocolos com as seguintes designações:

1. Protocolo I (Dos Principios Fundamentais)

¹⁰ RAMSBOTHAM, Oliver, et al., *Contemporary Conflict Resolution*, Third Edition, Polity, 2011 , p.11-122

¹¹ Op cit., p. 211

2. Protocolo II (Dos Critérios e Modalidades para a Formação e Reconhecimento dos Partidos Políticos)
3. Protocolo III (Dos Princípios da Lei Eleitoral)
4. Protocolo IV (Questões Militares)
5. Protocolo V (Das Garantias)
6. Protocolo VI (Cessar-Fogo)
7. Protocolo VII (Da Conferência dos Doadores)

É visível que o grande compromisso obtido teve duas componentes fundamentais.

Por um lado, no Protocolo I assinado em 18 de Outubro de 1991, “a RENAMO compromete-se a partir da entrada em vigor do cessar-fogo a não combater pela força das armas, mas a conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes e no respeito das condições e garantias estabelecidas no Acordo Geral de Paz”. E o “ Governo compromete-se a não agir de forma contrária aos termos dos Protocolos que se estabelecem, a não adoptar leis ou medidas e a não aplicar as leis vigentes que eventualmente contrariem os mesmos protocolos”.

A eliminação da violência prometida pela RENAMO para se exprimir apenas pela luta política tem pois como contrapartida a existência de um quadro legal que permita tal expressão e não contrarie os Acordos. É provavelmente por isso que no mês seguinte das negociações se discutem apenas as questões de natureza partidária essenciais para escorar o acordo e que resultaram na assinatura do Protocolo II em 13 de Nov de 1991 e, a seguir, a Lei Eleitoral de que resultou o Protocolo III assinado em 13 de Novembro de 1991. Só depois destas questões acordadas é que se debatem e acordam as questões Militares, já em Março de 1992, pelo Protocolo IV.

Não há pois dúvida sobre a sensibilidade da integração política da RENAMO e o facto de esta integração ser determinante para a sua integração na luta política e não armada.

No Protocolo II é aceite o princípio da “democracia multipartidária” “assente no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democrática nos quais o poder político pertence ao povo e é exercido de acordo de acordo com os princípios da democracia representativa e pluralista”.

Isto é termina-se a guerra, tendo como garantia e alternativa o estabelecimento de uma democracia representativa e multipartidária. E esta é seguramente uma das traves mestras para o acordo ou desacordo futuro.

Vendo a esta distância, o que fere a sensibilidade geral é que esse equilíbrio, que consideramos central e essencial para garantir a viabilidade dos Acordos, está a perder consistência. A Renamo acusa à Frelimo de o processo democrático não decorrer conforme o acordado. A Frelimo acusa a Renamo de “regresso às matas” e à guerra. O que fere a base substantiva dos Acordos gerais de paz.

A implantação do sistema político é prevista mediante vários acordos contidos no Protocolo III que incluem a liberdade de imprensa e de acesso aos meios de comunicação, regulamentos administrativos e fiscais não serão, em nenhum momento, aplicados de maneira a discriminar ou impedir o exercício deste direito por razões políticas, liberdade de associação, expressão e a propaganda política e ainda o acesso a utilização de lugares e instalações públicas.

Particularmente sensível neste Protocolo foi a conceptualização da Comissão Nacional de Eleições. E se do ponto de vista das suas competências nada há a registar, existe, porém, uma cláusula que irá trazer questões gravíssimas no futuro. É que está referido que a RENAMO designará “um terço dos seus membros”, sem qualquer referência a quem nomeará os outros dois terços. Sendo a Comissão Nacional de Eleições uma estrutura essencial para garantir o consenso e a estabilidade sobre o processo mais delicado numa sociedade multipartidária – as eleições -, é óbvio que existe aqui uma carência de equilíbrio que a prática política tem vindo a demonstrar. E a falta de confiança no processo eleitoral a inquirar os fundamentos em que se baseiam os acordos de paz. E parece óbvio também que se queremos progredir para a estabilidade política, esta é uma instituição que requer novos entendimentos colectivos.

É nas questões políticas e sociais que residem ainda hoje uma boa parte das queixas e acusações mútuas. Se recordarmos o “Inventário das Actividades de Consolidação da Paz Pós-Conflicto” das NU, referido anteriormente, duas das quatro acções nele previstas, ou seja, a “Melhoria dos Direitos Humanos e Estabelecimento de um Sistema Participativo de Governo a todos os níveis” e a “Reabilitação, Reconstrução e Reconciliação” têm estado no centro de desconfianças reiteradas que se julga indispensável ultrapassar. A sociedade Moçambicana merece que finalmente se estabeleça um sólido e verdadeiro processo de reconciliação nacional em que todos, mas todos, se esforcem genuinamente e que este processo seja plasmado numa vida colectiva prosseguida em paz dirimida politicamente num verdadeiro sistema multipartidário.

Passa-se então um grande período de mais de meio ano até que se acordem as questões Militares que iriam levar ao cessar-fogo. E só em Outubro de 92 se encerra na prática o Processo com as assinaturas dos Protocolos IV, V, VI e VII.

No tocante ao IV Protocolo “Das Questões Militares”, que tem sido um dos pontos de bastante contestação, faz menção à formação e reestruturação das forças armadas de defesa de

Moçambique (FADM) no que diz respeito a igualdade da composição dos membros, neutralidade, isto é, deveriam ser apartidárias, profissionalmente idóneas, competentes, exclusivamente formadas de ambas as partes e finalmente reintegrar económica e socialmente todos os militares desmobilizados.

É igualmente de referir que este Protocolo define que as FADM “em cada um dos ramos previstos serão fornecidos pelas FAM e pelas forças da RENAMO, na razão de 50% de cada lado”. Mas o mesmo não acontece nomeadamente em relação às Forças Policiais o que tem vindo também a constituir uma fonte de desentendimentos vários.

Mas é sobretudo de notar os períodos muito curtos em que este processo fundamental se deveria desenvolver.

Assim, o Protocolo III refere que as eleições “terão lugar dentro de 1 ano a partir da data da assinatura do Acordo Geral de Paz...”. E o Protocolo IV refere que o processo de formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) que se iniciará após a entrada em vigor do cessar-fogo estará terminado antes do início da campanha eleitoral. Refere ainda este Protocolo que o processo de desmobilização e integração dos antigos combatentes tanto do Governo como da RENAMO deverá estar concluído na altura “em que os efectivos das FADM estiverem completos. E mais adiante, na “Calendarização” é mesmo referido que 180 dias após a tomada de posse da Comissão de Cessar Fogo (CCF) se dará “a desmobilização dos efectivos a desmobilizar”.

É obviamente um período muito curto, numa situação de extremo desgaste nacional, de desconfianças mútuas profundas e de desorganização patente. E parece igualmente óbvio que nesta circunstância complexa para eliminar a violência como expressão política, primeiro passo de Duverger para possibilitar a integração social, o papel das Nações Unidas tanto na ajuda ao eliminar da Violência como na construção de uma paz duradoura assente seriam muito importantes.

Realmente este tem sido um dos grandes desafios dos protocolos assinados em Roma, que tem demonstrado ao povo que a reconciliação ainda está muito aquém do desejável, e que as desconfianças persistem. A RENAMO devia ter integrado os seus homens paritariamente nas Forças Armadas e desmobilizado os restantes até às eleições. E o sistema estabelecido nos Acordos¹² devia ter sido capaz de reintegrar os desmobilizados na vida civil. Passados mais de vinte anos o processo deveria estar finalizado. E durante esses anos o desafio deveria ter sido a luta pela conquista da neutralidade e idoneidade dessas forças. Por outro lado, o governo da FRELIMO deveria garantir a paridade na composição das forças armadas de modo a que

¹² A Comissão de Reintegração (CORE) foi constituída ao Abrigo do Protocolo com a missão de “implementar a reintegração económica e social dos militares desmobilizados executando para o efeito as necessárias tarefas...”

gradativamente estas fossem ganhando coesão e integração social e económica gerando deste modo uma força única, nacional, cobrindo todo o território do estado Moçambicano.

Neste ponto “das garantias”, o V Protocolo, focaliza-se na definição do calendário eleitoral, na implementação dos órgãos próprios do Acordo como a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), para supervisionar as atividades da sua responsabilidade até às eleições, a segurança imediata dos mais altos representantes da Renamo¹³, a administração nas áreas controladas pela Renamo¹⁴ e demais garantias constitucionais.

Versa o VI Protocolo, sobre o Cessar-Fogo, onde se preconiza que o Governo devia empenhar-se em facilitar à RENAMO a obtenção de instalações e meios, com vista a permitir a possibilidade de alojamento, movimentação, e comunicação para o desenvolvimento das suas actividades políticas e libertar todos os prisioneiros de guerra.

Coube ao VII e último Protocolo, a realização de Conferência de doadores com objectivo de angariar fundos para financiar o processo eleitoral, a reintegração dos desmobilizados e a população deslocada por causa da guerra.

Nestes 7 capítulos que apresentamos, estão claros e evidentes os passos que ambos deveriam cumprir e respeitar com vista a alcançar um entendimento comum rumo à reconciliação, e construção de bases verdadeiras e consistentes para objectivar e efectivar a paz em Moçambique.

Importa referir aqui o entendimento de Brazão Mazula, que expressa bem os desafios que se colocavam às duas partes. “Tendo em consideração os superiores interesses da nação moçambicana, as duas partes concordaram que é necessário que se ponha de lado aquilo que os divide e que se concentre, com prioridade, a atenção naquilo que as une, com vista a criarem uma base comum de trabalho para no espírito de compreensão e entendimento mútuos, realizarem um diálogo no qual debatem os principais pontos de vista. As duas delegações afirmaram estar prontas a empenhar-se profundamente e no espírito de respeito e compreensão mútuos, na busca de uma plataforma de trabalho para pôr fim á guerra, e criar condições políticas, económicas e sociais que permitam trazer uma paz duradoira e normalizar a vida de todos os cidadãos moçambicanos”. (Mazula; 2015; p.79)

E a situação iria apresentar muitos desafios a vencer, como fomos apresentando ao longo do texto.

As duas partes partiram para a realização do Acordo numa situação de grave destruição nacional e desgaste mútuo, e com as estruturas nacionais de administração muito débeis.

¹³ A realizar por elementos da própria Renamo a quem seria concedido estatuto policial.

¹⁴ Que seria efectuada apenas por residentes nessas áreas, que poderiam ser da Renamo.

Aparentemente convencidas que a continuação da guerra iria, a partir de aí, apenas traria mais desvantagens do que vantagens, quer para cada uma delas, quer para o país.

Além disso, e se tivermos em conta a debilidade nacional referida, parece muito curto o prazo previsto, de cerca de 1 ano, para realizar acções essenciais, mas muito complexas que incluiriam o cessar-fogo, a formação de forças armadas nacionais únicas e paritárias, a desmobilização e integração social dos desmobilizados, a legalização dos partidos, o registo eleitoral, bem como a preparação e a realização das eleições.

Acresce que boa parte de tarefas essenciais (como o financiamento do processo eleitoral e os programas para a reintegração das populações deslocadas e refugiadas e dos militares desmobilizados), dependeria ainda dos resultados de uma Conferência de Doadores, a realizar no futuro.

Finalmente, o coração do sistema eleitoral, a Comissão Nacional de Eleições, tinha uma constituição prevista que permitia que uma das partes poderia ficar em minoria, pois designaria apenas um terço dos membros.

Iria ser necessário sem dúvida um empenho significativo de todos para se alcançar o objectivo que consta à cabeça do Acordo Geral de Paz. Ou seja, “o estabelecimento de uma paz duradoira, e duma sólida democracia”

E o que se verifica é que volvidos mais de 20 anos esses objectivos não se concretizaram. Hoje as discussões deviam estar a outro nível nomeadamente nas questões de desenvolvimento do país ou na exploração de recursos existentes, na qualificação da mão-de-obra a todos níveis como catalizador e mais-valia para o nosso país, em discursos convergentes sobre a luta contra a pobreza absoluta, o desemprego, o analfabetismo etc etc etc.

A metodologia de diálogo e de colaboração entre os protagonistas do AGP adotada até ao momento, está a falhar, por isso o alcance da reconciliação verdadeira e paz duradoira tem se revelado a cada ano que passa um desafio, cada vez mais distante de se alcançar pois ambos tem optado por resolver os problemas publicamente com ameaças, intolerância, arrogância.

Era preciso que ambos comessem a mostrar vontade e comprometimento desde o momento da assinatura, começando deste modo a construção do estabelecimento e consolidação da paz em Moçambique, visto ser este um desafio complexo e cheio de etapas difíceis pelo caminho.

É triste o cenário que se vive actualmente no país, de insegurança total, medo de retorno à guerra, numa clara violação do espírito dos protocolos assinados em Roma tanto por parte da Renamo, como por parte do governo da Frelimo em Moçambique.

Capítulo III: O Cumprimento do Acordo Geral de Paz

3.1 O Regresso à violência

Neste capítulo iremos debruçar-nos sobre os desvios ao cumprimento do acordado no AGP, sopesando naturalmente as atitudes e as acusações vindas tanto por parte da Renamo como por parte do Governo de Moçambique, liderado pelo partido Frelimo.

Em termos gerais, deve destacar-se que fruto das recriminações mútuas e dos diversos incidentes violentos, o país tem vindo a viver num clima de tensão e instabilidade quase constante, remetido a um futuro de incertezas e praticamente dependente destes dois actores políticos que, apesar de terem assinado o AGP, se têm comportado como partes cada vez mais desavindas, sem confiança mútua e em ambiente de recriminações constantes.

Na análise que vamos efectuar, iremos voltar-nos para os anos mais recentes e para os assuntos concretos que as partes (do AGP) continuam a levantar, pois estas constituirão as questões fundamentais, que nem o tempo nem as “boas vontades” mútuas permitiram resolver.

A situação de estabilidade de Moçambique sofreu um enorme retrocesso a partir de 2012 com o regresso do líder da Renamo à sua antiga base em Satunjira na Gorongosa, e com diversos acontecimentos bélicos na região central do país, iniciados a 4 de abril de 2013, com um ataque contra uma esquadra da polícia na localidade de Muxúnguè, na província de Sofala. Os conflitos instalam-se na região e atingem um ponto culminante com o ataque à própria base de Satunjira em Outubro de 2013 onde o Presidente da Renamo estava instalado. O que levou o porta-voz da Renamo Fernando Mazanga a declarar¹⁵ que com essa atitude “o Comandante e Chefe das forças de segurança coloca um termo ao Acordo de Paz de Roma”. Ao longo do ano de 2013 os conflitos alastram ao longo do país tendo mesmo atingido as regiões de Tete e Nampula.

E é a sociedade civil que se expressa em grandes manifestações em Outubro de 2013 no Maputo e na Beira e em Quelimane que vem trazer a público a vontade do país em travar o regresso à guerra e o apelo a um percurso de paz e de entendimento. Nestas condições e por discordar da lei eleitoral, a RENAMO boicotou as eleições autárquicas de 20 de novembro de 2013.

Seguem-se vários esforços da comunidade nacional e internacional para fazer regressar à mesa do diálogo político as partes desavindas, o que acontece em múltiplos encontros dos respectivos representantes.

“Em fevereiro de 2014, o Governo e a RENAMO chegaram finalmente a um consenso. O Parlamento moçambicano aprovou na generalidade o projeto de revisão da lei eleitoral a 21 de

¹⁵ Declarações disponíveis em <http://www.dw.com/pt/renamo-anuncia-fim-do-acordo-de-paz-em-mo%C3%A7ambique/a-17174192>, visitado em 16 de Outubro de 2015

Fevereiro. A nova lei da Comissão de Eleições prevê que o órgão passe a ter 17 membros contra os anteriores 13. Dos 17 membros, cinco são indicados pelo partido no poder, a FRELIMO, quatro pela RENAMO e um pelo MDM. Os restantes sete membros são indicados pela sociedade civil¹⁶. Estavam, pois, criadas as condições para que a Renamo participasse nas eleições Presidenciais de 15 de Outubro de 2014, o que veio a acontecer.

Isto é, a questão da Comissão Nacional de Eleições, prevista do Protocolo III, cuja constituição (com um terço dos membros provindos da Renamo), tínhamos identificado como passível de provocar dificuldades futuras para garantir equidade e consenso nas normas eleitorais, demorou 15 anos a ser ajustada.

3.2 Análise dos Comentários e Críticas

Todavia persistiam também questões delicadas para resolver na parte militar. E em junho de 2014, o secretário-geral da RENAMO, Manuel Bissopo, citado pelo diário moçambicano “O País”, mencionou claramente esta questão: “Se a FRELIMO continuar a dizer que não aceita a paridade, então a RENAMO e o presidente Afonso Dhlakama não têm mais nada a fazer, senão aceitar o que a FRELIMO quer, que é criar condições para dividir o país”¹⁷.

E só em 5 de agosto de 2014, após mais de 6 dezenas de reuniões mútuas, o Governo moçambicano e a RENAMO alcançaram um acordo final para a cessação das hostilidades no país.

Em declarações à DK África em Maio de 2014 já o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama¹⁸ tinha mostrado predisposição para o regresso à paz mas repetindo as reivindicações de sempre nomeadamente na parte militar Isto é que as forças armadas sejam constituídas tal como “rubricado em Roma” por 50% da Renamo e 50% da Frelimo. Que o exército seja “apartidário, profissional, técnico, em que os comandantes são nomeados pela confiança técnica profissional”.

Em Setembro de 2013 em declaração a “O País”¹⁹ a Renamo através do seu porta-voz Mazanga também teceu duras acusações ao governo da Frelimo, chamando-o de “terrorista e de encetar perseguição política aos seus membros e ex guerrilheiros. Para a Renamo estes actos são atentatórios à paz e estabilidade do país, uma vez que poderiam degenerar em violência e outras situações descontroláveis” Domingos que foi dirigente da bancada da Renamo nas primeiras eleições, também acusou o antigo chefe de estado Armando Guebuza, de ser “o

¹⁶ Disponível em <http://www.dw.com/pt/doze-momentos-chave-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-governo-de-mo%C3%A7ambique/a-17822725> visitado em 16 de Novembro de 2015

¹⁷ Declarações disponíveis em <http://www.dw.com/pt/doze-momentos-chave-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-governo-de-mo%C3%A7ambique/a-17822725>, visitado em 16 Novembro de 2015

¹⁸ Declarações disponíveis em <http://www.dw.com/pt/gostaria-que-cess%C3%A1ssemos-fogo-de-vez-diz-afonso-dhlakama/a-17635258> visitado em 20/05/2015

¹⁹ <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/27040-renamo-acusa-frelimo-frelimo-e-governo...> visitado á 21/05/2015.

responsável pela actual situação, pois com a sua ascensão em 2005, a Frelimo começou, supostamente, a recuar no compromisso de respeitar a paridade na composição das forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), através de um comando conjunto com oficiais oriundos da antiga guerrilha. E deste modo a crise ia se agudizando pouco a pouco, a paridade nas FADM tinha sido acordada em Roma na assinatura do AGP, mas depois da era do Presidente Joaquim Alberto Chissano, começou a assistir-se a um recuo, o primeiro claramente visível, é a introdução das células do partido Frelimo na função pública, que automaticamente viola a AGP, por ele preconizava a despartidarização do estado. E afirmou ainda que “ com Armando Guebuza como comandante em chefe das FADM, começou a haver a violação do espírito do AGP, uma que Oficiais mais jovens indicados pela RENAMO, passaram a reforma, sendo substituídos por quadros mais velhos da FRELIMO.

Em Fevereiro de 2014 em declarações ao Jornal "A Verdade"²⁰ Raul Domingos, ex-dirigente da Renamo e presidente do Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento refere que: “a aplicação precária do Acordo Geral de Paz, dos quais foi negociador, e a partidarização do Estado por parte da Frelimo são duas das causas (senão as principais) da actual tensão político-militar que se vive no país.” E que embora a Renamo tenha integrado os seus homens nas fileiras das Forças de Defesa e Segurança, com o passar do tempo, estes passaram à reforma compulsivamente, principalmente os que ocupavam cargos de chefia. “A reforma compulsiva dos homens da Renamo, com destaque para os oficiais superiores das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, provocou a guerra que hoje vivemos no país porque muitos deles regressaram às antigas bases”. E sobre as eleições referiu que a “Comissão Nacional de Eleições e o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral estão partidarizados, por isso nunca tivemos eleições transparentes, livres e justas, como preconiza o slogan, ao qual estes dois órgãos não fazem jus.”

Estas são 2 queixas fundamentais e recorrentes nestes anos. A da “aplicação precária” do Acordo Geral de Paz e a da “partidarização do Estado”. Que tiveram como consequência o falhanço no cumprimento das normas do Protocolo IV quer quanto à constituição paritária das Forças Armadas, quer quanto ao seu carácter que devia ser nacional, apartidário, respeitando a ordem democrática, bem como a da acusação de que as eleições não terão sido “livres e Justas”, o que contraria o pressuposto básico dos Acordos expresso no Protocolo I, II e III.

É desta forma que cresce a insatisfação no seio da Renamo. Como se pode perceber o rol de acusações da Renamo ao Governo da Frelimo é extenso e requer realmente um exercício de conjugação de esforços e vontade política de modo que se possa resolver tais contendas. Todavia a sua posição parece articular-se em três vertentes: A garantia de verdade e transparência nos actos eleitorais, defendendo que a estrutura eleitoral deve ser escrutinável com a presença paritária da Renamo e que, em geral, as estruturas do Estado não sejam partidarizadas. Uma segunda vertente ligada à constituição das Forças Armadas e de Segurança

²⁰ Declarações Disponíveis em <http://grupospeciais.blogs.sapo.pt/a-opiniao-de-raul-domingos-24077> visitado á 20/05/2015.

onde pretende a incorporação de elementos da Renamo de forma igualmente paritária. E a terceira questão provavelmente relacionada com as anteriores que é a de falta de confiança.

E por outro lado também o Governo moçambicano através de José Pacheco Chefe de Delegação nas negociações em declarações a ``porto canal`` acusou em Maputo o líder da Renamo Afonso Dhlakama de estar num “acto premeditado, reiterado, de incitação à violência, e de desinformação a população Moçambicana sobre a realidade política, económica e social do país”, nas visitas e comícios que tem feito pelo país adentro.²¹

Manuel Tomé, membro da comissão política da Frelimo, em declarações à “RFI em português” em Maputo acusou a Renamo de procurar “protagonismo, e aproveitamento público”, nos seus pronunciamentos e de querer a todo custo desvalorizar o trabalho que o governo tem estado a fazer para o progresso do país, que a Renamo tem interesses que só a Renamo pode explicar porque tem demonstrado que não quer o desenvolvimento do país²².

Teodato Hunguana, membro da delegação do Governo às conversações de paz em Roma em pronunciamentos ao “Jornal Noticias” em 2013, acusou a Renamo de ter implementado com deficiência os acordos do AGP, pois na sua opinião, a renamo nunca entregou a lista dos homens que ficariam afectos à guarnição dos seus dirigentes, pondo os desta forma fora do controle do estado, e deu como exemplo também, que apesar de se tratar de partido político mantém homens armados, demonstrando evidente de que não desmobilizou toda a guérilha, o que é ilegal e a margem do AGP²³.

Segundo o “Verdade”, o antigo Presidente da República, Armando Guebuza, acusou a Renamo de não estar a respeitar a vida e a liberdade das pessoas. O antigo Chefe do Estado fez aquele pronunciamento numa conferência de Imprensa convocada para fazer o balanço da sua visita à cidade de Maputo, na qual reagiu ao facto de o diálogo político entre o Governo e a Renamo não estar a registar nos últimos meses progressos significativos com vista ao fim do clima de tensão político-militar que se vive no país. Para o Presidente Armando Guebuza, aquele diálogo não apresentava avanços significativos porque “a Renamo não tem a mesma agenda que o Governo tem, que é de garantir a paz e o bem-estar do povo moçambicano”²⁴.

Do lado da Frelimo esta é uma acusação persistente. A do não cumprimento deliberado, por parte da Renamo, dos parágrafos 4, 5 e 6 relativos à Formação das Forças Armadas contantes

²¹ <http://www.sapo.pt/noticias/governo-mocambicano-acusa-afonso-dhlakama-de-548f25b2...>

²² Declarações em <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20110801-frelimo-acusa-renamo-de-procurar-protagonis...> Visitado á 21/05/2015.

²³ <http://comunidadeemocambicana.blogspot.com/2013/05/sobre-as-conversacoes-entre-o-gov...> visitado á 21/03/2015.

²⁴ <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/42569-a-nacao-qcaminha-imp...> Visitado á 04/06/2015.

do Protocolo IV. Segundo o acordado, as unidades partidárias existentes deveriam ser progressivamente desmobilizadas após o cessar fogo, sendo ou admitidas nas Forças Armadas, ou reintegradas na vida social como civis. Na altura das Eleições não deveria haver senão as novas Forças Armadas de Moçambique. E mais que esta acção, sendo deliberada, constituiria uma forma de pressão, pela ameaça com o retorno à violência.

Em síntese podemos dizer face às declarações anteriormente referidas que a posição de crítica à Renamo por parte do Governo também se articula em três vertentes.

A primeira é de que a Renamo não cumpriu desde o início os acordos plenamente tendo mantido deliberadamente homens armados que não desmobilizou na totalidade. Depois, que a sua acção de violência prejudica a paz e o desenvolvimento económico do país e, finalmente que esta perturbação é feita por para adquirir protagonismo e aproveitamento político.

De referir ainda que o facto deste dois actores se terem reunido desde 2013, todas as segundas feiras no Centro de Conferências Joaquim Chissano, para um diálogo político próprio, é visto por muitos olhos como não positivo, pois apenas o Governo e a Renamo se reúnem, pondo de lado outros actores políticos, sem uma agenda anunciada, com uma velocidade lenta, quase zero, que não tem produzido resultados satisfatórios, o que deixa a entender que houve interesse na rapidez de obter um consenso inicial apenas para a realização das eleições de 2014.

Segundo o canal televisivo STV, no jornal da noite de 24 de Maio de 2015, Daviz Simango lider do MDM, referiu que o diálogo semanal entre o Governo e Renamo “deve passar para a assembleia da república porque lá, é onde se discutem os interesses do país e é onde é a praça da democracia” e que este debate é de surdos e mudos que já leva um pouco mais de um ano e não produz grandes resultados palpáveis.

Portanto o que se pode perceber quando ambos se acusam é que deixam transparecer que Moçambique está refém destes dois actores Sempre que um não estiver satisfeito, ou tenha salvaguardados os seus interesses, o país é mergulhado em agitação. É necessário que ambos tenham uma visão ampla e discutam o que realmente interessa ao desenvolvimento no geral e bem estar da população, pois Moçambique não é só a Renamo e a Frelimo. Ambos devem ultrapassar as querelas mútuas, deixar de debater pessoas e avançar para um diálogo de ideias construtivas abrangentes, tendentes a salvaguarda da paz e do interesse geral da nação que inicialmente e principalmente é a paz com vista ao desenvolvimento nacional com a ajuda de todos Moçambicanos provenientes de todos sectores da sociedade civil, políticos, religiosos empresários etc etc .

Tanto a Frelimo como a Renamo tem estado a usar a paz como propriedade privada, e a manipular conforme os seus interesses o ambiente social, deixando de lado o interesse geral e bem comum. Julgamos pois que é tempo de se envolverem mais representações da sociedade civil e religiosa, ou seja do povo, pois a paz é feita pelas pessoas e de pequenos gestos desde o camponês que cultiva a machamba até ao deputado que discute a aprova leis. A paz deve ser uma cultura entre os moçambicanos desde os núcleos familiares, aos das aldeias, da sociedade

em geral nas suas diversas organizações, até às cores partidárias. E devem-se envolver todas as esferas políticas e da sociedade civil na busca deste bem pois só assim cultiva-se o sentimento de pertença e comprometimento com a causa nacional.

O Governo de Moçambique tem uma responsabilidade particular na manutenção da paz, porque, sendo Governo e responsável pelo desenvolvimento económico; quando a taxa de desemprego cresce; a criminalidade também cresce (sequestros, raptos e tráfico de pessoas e órgãos humanos), a pobreza aumenta, há “justiça pelas próprias mãos”, manifestações populares. A que se junta a revolta contra a corrupção, o difícil acesso à saúde e educação, e a outros serviços sociais. Em síntese, o povo está a ser retirado da vida de paz, pois ter paz também significa ter estabilidade, equilíbrio e justiça tanto pessoal como social, que é garantia que deve ser dada pelo governo do dia.

Moçambique é, além do mais, um país multiétnico e com diferenças regionais notórias. Esta questão é significativa e exige um esforço específico. A manutenção da paz deve ser buscada com acções concretas e com bastante perseverança, pois persistem problemas de regionalismo, tribalismo e ou racismo, bem como assimetrias regionais importantes.

Pode se perceber igualmente que a Renamo vai usando como chantagem há anos a satisfação das suas exigências como condição para não retornar a guerra, habitualmente em seus discursos públicos aos mais diversos níveis, intimidando deste modo o povo, que vive nesta incerteza de retorno ou não a guerra em Moçambique.

E o governo liderado pela Frelimo também vai levando em banho-maria o cumprimento na íntegra a parte que lhe cabe dos protocolos, como por exemplo a integração a conta-gotas alguns homens desmobilizados da renamo no exército ao invés de fazê-lo faseadamente conforme o acordado aquando da assinatura dos acordos gerais de paz.

Este comportamento dos protagonistas dos acordos gerais de paz, não é positivo pois deixam mal Moçambique, retraindo ou inibindo os investimentos a diversos níveis, que corresponderiam uma mais valia para o progresso e desenvolvimento crescente do país.

É cada vez mais evidente, à medida que os acordos gerais de paz vão somando anos e anos, a falta de interesse político em resolver os problemas existentes para se caminhar em direcção a uma gradativa verdadeira reconciliação nacional. E as suas diferenças e distanciamento são cada dia mais gritantes

O País precisa de acções concretas na busca da manutenção da paz e reconciliação nacional pois “ como refere Gonçalves (2014 p.145), “ em Moçambique cabem todos”, “ E bem aventurados os obreiros da paz e defensores da civilização do amor e da vida”. Que floresçam as virtudes e condições de bem querer ao próximo, a reconciliação, a solidariedade, o amor, o perdão, a justiça, a paz, a aceitação mútua, união, democracia, liberdade, fraternidade. “Paz para sempre pela reconciliação.

E finalmente parece haver uma outra importante conclusão. A de que é óbvia a falta de confiança mútua, e que este ambiente não é conducente a que se desista do recurso à violência e à guerra, porque não existem garantias suficientes de que o sistema democrático decorrerá de forma livre e justa. Parece, pois, premente o envolvimento de outros parceiros internos ou externos, que tragam o estado de alma, a confiança e as garantias porque os Moçambicanos anseiam. Mas é sobretudo essencial que se altere o clima de confronto e se passe para um ambiente propiciador de paz, da reconciliação e da coexistência pacífica, seja pela reformulação das instituições vigentes, pela pacificação nos órgãos de comunicação social, ou pela cultura da paz no sistema de ensino.

Capítulo IV: Os Desafios para a Consolidação e Manutenção da Paz em Moçambique

4.1 A Visão da Sociedade Civil

No presente Capítulo procuraremos avaliar os desafios que se colocam a consolidação e manutenção da paz, considerando as peculiaridades e especificidades duma sociedade com debilidades e limitações como a de Moçambique. E para abordar este capítulo apresento os significados de alguns conceitos que os líderes moçambicanos devem usar aceitar para ultrapassar as suas diferenças:

Desafio é o acto de de instigar alguém para que realize alguma coisa, normalmente além das suas competências ou habilidades. Ocasão ou grande obstáculo que deve ser ultrapassado²⁵.

Consolidação é o acto de tornar sólido, é o endurecimento, solidificação, robustecimento, preservação, fixação, estabilização, estabelecimento, alicerçamento, firmamento, cimento, fortalecimento²⁶.

Manutenção é a acção de manter, sustentar, consertar ou conservar. A manutenção tem o intuito de reparar ou repor algo que está estragado ou que não funciona correctamente, consertando para que volte a desenvolver a função requerida inicialmente²⁷.

A paz em Moçambique ainda precisa de ser consolidada de modo a que se possa garantir a sua manutenção. Ao invés, o que predomina são as demonstrações de intolerância, desconfiança, ameaças mútuas entre os protagonistas do AGP. Nos discursos públicos persistem ainda tons de ameaças, arrogância, e incitação ao ódio, regionalismo, tribalismo, infelizmente mantendo deste modo o clima de incerteza e insegurança, e alimentando assim a continuidade de

²⁵ <http://www.dicio.com.br/desafio/> visitado á 28/10/2015

²⁶ <http://www.sinonimos.com.br/consolidacao/> visitado a 28/10/2015.

²⁷ <http://www.significados.com.br/manuntencao> visitado a 28/10/2015.

discursos violentos, dos actos irresponsáveis de incitação a violência e de destabilização no país.

A paz é um desafio permanente e universal e, como tal, todos os moçambicanos devem se propor a busca-la incansavelmente desde os mais pequenos gestos.

Mas analisemos o contexto Moçambicano, numa perspetiva social mais alargada para continuar a análise que desenvolvemos no Capítulo anterior.

Assim, no entender de Salvador Forquilha²⁸ “o debate sobre a paz em Moçambique não pode ignorar a análise das dinâmicas políticas internas relativas ao processo de transição política que o país vive desde o fim da guerra civil em 1992”. Segundo ele, alguns factores explicativos dos recuos verificados no processo de consolidação da paz e da construção democrática têm a ver justamente com as dinâmicas políticas internas ligadas ao processo da transição política em Moçambique. Assim, apesar de o país ter conseguido criar novas instituições no contexto da implementação do AGP, a “transição política, mais de vinte anos depois do seu início, continua um processo inacabado, particularmente ao nível dos principais actores políticos – a Frelimo e a Renamo. A Frelimo permanece um partido, cujas lógicas de actuação continuam sendo aquelas de partido-Estado e a Renamo, por sua vez, continua sendo uma organização, cujas lógicas de funcionamento são tributárias de um movimento armado”.

O artigo conclui que, “num contexto de construção democrática, a reprodução e desenvolvimento da Frelimo através do processo da construção do Estado enfraquece os mecanismos institucionalizados de inclusão política, facto que, por sua vez, contribui para uma fraca institucionalização e legitimação do Estado. Isso, combinado com outros factores tais como o carácter militarizado da Renamo, a pobreza e as expectativas em relação aos benefícios associados à exploração dos recursos naturais, reforça o potencial de violência política, desafiando o próprio processo da consolidação da paz e o discurso de Moçambique como “história de sucesso” (FORQUILHA et alii 2014, p. 79).

Julgamos que este entendimento é de facto relevante para mostrar mais uma dificuldade da evolução em curso perante um “partido-Estado” que entendemos como gerado a partir do estado e um partido “movimento armado” gerado a partir da reacção violenta à ordem unipartidária, cada um dos quais com os seus reflexos instintivos próprios. Em que apesar de todas as instituições criadas pelos AGP ou pelas leis da República, o percurso democrático está ainda a decorrer.

²⁸ FORQUILHA, Salvador, “Do discurso da “história de sucesso” às dinâmicas políticas internas: O desafio da transição política em Moçambique.”, *Desafios para Moçambique 2014*, IESE, disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_01_DesPazMoc.pdf visitado em 18 Nov 2015

De facto é notório que o processo de pacificação em Moçambique não foi conclusivo e que logo após a assinatura dos acordos gerais, no país deveria se ter iniciado um processo de passagem de um momento para o outro, pelo perdão, reconciliação, num processo gradual em que o povo fosse sentindo a evolução gradual das várias fases que parece que foram ignoradas. Este processo que deveria envolver a sociedade civil aos diferentes níveis deveria ter levado a uma pacificação social, e ao estabelecimento de confiança mútua e de garantias suficientes para que as diferenças referidas anteriormente por Forquilha fossem esbatidas.

Os desafios do processo de construção da sociedade moçambicana têm por isso também a ver com a necessidade do envolvimento activo de todos os estratos da sociedade, desde os religiosos aos profissionais e culturais para auxiliar a ultrapassar esta debilidade estrutural da subjacente à formação e dinâmica dos partidos charneira. Tem ainda a ver com a elaboração e implementação de políticas coerentes, capazes de responder à demanda e expectativas de todos os cidadãos, particularmente no que refere aos sectores sociais e designadamente na educação, saúde, emprego, protecção social, etc.

Luís de Brito²⁹ mostra-nos que das alternativas que se colocam à sociedade moçambicana, apenas a democracia pluralista pode acomodar todos os interesses. BRITO nota que “a trajetória dos dois principais partidos, a Frelimo e a Renamo, desde a celebração do AGP e os desenvolvimentos recentes, que se traduziram na entrada na cena política de um novo actor, o MDM, mostram que a consolidação da paz em Moçambique é um verdadeiro desafio. Cada um dos actores tem, logicamente, interesses diferentes e não parece que qualquer um deles tenha a capacidade suficiente para se impor eliminando os restantes. Fica, pois a alternativa da convivência dentro de regras e práticas aceitáveis por todos, o que significaria avançar no sentido da democratização do sistema político, da formulação de mecanismos adequados de representação dos interesses dos cidadãos e do respeito pelas normas instituídas o que está em contradição total com a crise que o país vive actualmente, centrada numa confrontação armada entre o governo da frelimo e a Renamo” (BRITO et alii, 2014; p.38-39).

Brito refere igualmente que o “crescimento do MDM pela expressão da vontade popular através do voto, mostra que é tempo de os dois partidos históricos se “civilizarem” e de partilharem uma concepção de paz que só pode ser o fruto da democracia e não da imposição do poder pela força.

Até agora não parece haver um consenso sobre o que possa ser o verdadeiro fundamento da paz. A Frelimo parece dar prioridade à garantia da sua hegemonia pelo controlo do Estado e à exclusão dos demais; a Renamo parece usar a questão da paz para conseguir a sua inclusão no

²⁹ BRITO, Luís, (2014), “Uma Reflexão Sobre o Desafio da Paz em Moçambique”, *Desafios para Moçambique 2014*, IESE, disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_01_DesPazMoc.pdf visitado em 18 Nov 2015

sistema, de maneira a poder partilhar oportunidades e recursos; e o MDM, dada a sua origem e a forma como tem conquistado a sua parcela do espaço político, só pode conceber a paz em termos de pluralismo e convivência”. E que “destas três orientações, apenas a que se constrói na lógica do pluralismo e, portanto, da democracia, é que pode realisticamente servir para todos. O caminho da reconciliação efectiva é pois, um engajamento comum na construção das instituições que podem fazer avançar a democracia no país, da inclusão política, social e económica, assim como da promoção da igualdade de oportunidades para todos” (p. 39). Para concluir que “a via seguida até agora para resolver a situação da crise tem sido mais uma reedição empobrecida do processo de Roma, com os mesmos defeitos e fraquezas, nomeadamente a desconfiança, as intenções escondidas e o formalismo, em detrimento de uma abordagem mais aberta, participativa e criativa que seria hoje necessária”.

Isto é, no fundo Luís de Brito acredita que não é pela reedição de mais Acordos que se atingirá a paz em Moçambique (apesar do que foi acordado dever ser naturalmente cumprido). Mas que será necessário caminhar numa política de verdadeira reconciliação com base em instituições que promovam a verdadeira democracia, a inclusão social, e a promoção de oportunidades para todos.

O jornalista Salomão Moyana³⁰ apresenta-nos ainda outra perspetiva. Segundo ele a “Paz no país não está devidamente consolidada, porque ainda prevalecem defeitos como a intolerância e a desconfiança mútua entre os protagonistas do AGP”. Segundo ele “em Moçambique houve dois processos que tiveram lugar simultaneamente, enquanto devia ter havido um de cada vez”. Trata-se, segundo ele do processo de “pacificação” e da “democratização” em que um sucederia ao outro. “[D]epois da assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, o país devia ter um período de transição para a pacificação. O AGP não era a conclusão do processo de pacificação. O processo de pacificação devia ter durado muito mais tempo”.

Por dificuldades, nomeadamente financeiras, referiu ele, a Missão das Nações Unidas terminou “antes da consolidação do processo de pacificação”, o que fez com que o processo de pacificação não fosse concluído. “Teríamos tolerância entre nós todos se tivéssemos consolidado o processo de pacificação”, disse. Isto é, segundo o seu entendimento, por não se ter consolidado o “processo de pacificação”, as lógicas prévias dos partidos não foram alteradas.

³⁰ Intervenção de MOYANA, Salomão, “20 anos de paz: Ganhos, constrangimentos, desafios e lições aprendidas” na Conferência Nacional sobre “A consolidação da paz e democracia em Moçambique: O papel dos partidos políticos”, organizada pelo Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária (NIMD) em parceria com a AWEPA, Notícias on line de 24 Out de 2012, disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/135-paz-em-mocambique-precisa-de-ser-consolidada> , visitada em 18 Novembro 2015

Referiu ainda que os discursos belicosos que são proferidos por alguns políticos são sinal demonstrativo de intolerância, ataque, desconfiança e não contribuem para a construção duma paz genuína. Em 2012, disse, os políticos estão a discutir o mesmo problema que discutiam em 1992, como é o caso dos homens armados.

“Se tivéssemos resolvido o problema da pacificação, teríamos resolvido o problema do uso das nossas línguas nacionais na Assembleia da República e na Justiça. Teríamos resolvido a reintegração socio-económica de milhares de desmobilizados”, observou. Disse que a não conclusão do processo de pacificação tem reflexo no tipo de paz que hoje os moçambicanos têm. É uma paz precária, que depende mais da vontade das lideranças políticas do que do povo, uma paz que fica refém dos protagonistas do Acordo Geral de Paz.

Como constrangimentos à consolidação da paz em Moçambique, apontou a “lei eleitoral”, cada ciclo eleitoral moçambicano foi regido por uma “legislação específica”. A instabilidade da legislação eleitoral contribui para a instabilidade da paz. Por isso, defendeu, é importante que se resolva a questão da legislação eleitoral. Outro constrangimento apontado por aquele jornalista é de domínio comportamental. Segundo ele, tem havido comportamentos dúbios que não abonam a favor da paz e que podem desaguar num processo de confrontação. O campo do jogo eleitoral não se encontra aberto para todos os jogadores. “Urge termos um comportamento cívico que nos ajude à paz. A paz tem de ser postura diária de cada um de nós. Uns não podem jogar no pelado, enquanto outros jogam no relvado”, disse.

A actuação da Polícia da República de Moçambique, é também um dos constrangimentos à consolidação da paz. Disse ainda que a PRM está profundamente partidarizada. Acata ordens ilegais para prender adversários políticos.

Indicou que a PRM não está a obedecer à legalidade e à Constituição e para contrapor esta situação, defendeu, há que se reformar algumas figuras da corporação policial e que esta seja apetrechada de meios necessários para o desempenho cabal das suas funções e que alguns sectores do sistema de administração da Justiça já não fazem a justiça, porque actuam em obediência ou sob alguns ditames políticos.

Dos comentários deste jornalista importa nesta altura efectuar uma verificação em termos da doutrina referida no Capítulo I, “Princípios Doutrinários”, em ambos se comprometiam em tudo fazer para cumprir o estabelecido nos acordos de paz, e não adoptar leis contrárias ao mesmo. Ao contrario disso ambos tem estado a minar este processo com a sua forma de proceder

desrespeitando claramente o que se comprometeram em seguir a bem da construção de uma paz efectiva e consolidada.

O momento da retirada das forças das Nações Unidas dum país em que se conduziu uma Operação de Paz, reveste-se de cuidados particulares, dado que existe 20% de probabilidades de regresso a uma situação de violência a seguir a acordos negociados (RAMSBOTHAM, Oliver, et al (2014), p. 198).

O Gráfico apresentado anteriormente reflecte portanto duas actividades. Ao longo do Eixo Vertical descrevendo o tipo de acções “temporais” a desenvolver que passam da Fase 1 de Intervenção; à Fase 2 de Estabilização; e, finalmente, à Fase 3 de Normalização, em que a vida regressa a uma situação de paz. O Eixo Horizontal por sua vez descreve as chamadas actividades “reconstrutivas” que vão da acção de manutenção e construção da paz, à fase da construção estrutural da paz, até à fase da construção cultural da paz (p. 211).

A Fase 1 lida essencialmente com as questões da eliminação da violência e as acções para ultrapassar os seus efeitos, como sejam a implementação do cessar-fogo, a desmobilização, desarmamento e reintegração dos combatentes (DDR), bem como a constituição de forças armadas e de segurança nacionais. Inclui naturalmente muitas mais acções nos cinco sectores deste tipo de operações e que são o sector de segurança; da lei e da ordem; do governo; da economia e da sociedade e termina geralmente com a realização de eleições.

Todavia não é nessa altura que se pode iniciar a retirada dos elementos das Nações Unidas. A primeira etapa de redução deve fazer-se mediante a passagem de competências que os Elementos das NU detinham para as estruturas nacionais e existem parâmetros que a experiência diz deverem ser respeitados. Assim e considerando apenas as áreas da segurança e do governo, a primeira redução das forças das Nações Unidas deve dar-se, segundo Oliver Ramsbotham, apenas quando existe uma “suficiente legitimidade (democrática) percebida” no país e quando existir uma “confiança geral na abertura permanente do sistema para encorajar quem perde [eleições] a continuar a sua luta de forma não violenta e dentro da constituição”. E quanto ao sector da segurança, quando o processamento dos DDR está concluído e as forças armadas verdadeiramente nacionais estão “sob controlo firme do governo” (pp.218 e 219) o que obviamente não se verificou no caso de Moçambique.

Também foi já referido na análise do Acordo Geral de Paz que o período de cerca de 1 ano para desmobilizar e reintegrar na sociedade de mais de 100.000 combatentes, ao mesmo tempo que

se estabelecem as novas forças armadas e de segurança é sob todos os aspectos curto, quando se conhecem as limitações económicas e sociais, o desgaste que o tecido social de Moçambique tinha sofrido, os atrasos no processo e paz e outros.

Isto é, sem dúvida que se outras razões não existissem, a complexidade da tarefa e as limitações estruturais não foram ultrapassadas de forma a permitir uma verdadeira fase de pacificação antes da fase de democratização, como refere Salomão Moyana.

Segundo o “Jornal Noticias”, Sergio Pantie³¹, deputado da assembleia da República pela bancada da Frelimo, referiu que “com a paz, os moçambicanos testemunham a reconstrução e expansão das vias de acesso, das estradas asfaltadas, das grandes e pequenas pontecas que ligam vidas, comunidades e o país e que melhoram grandemente a vida dos concidadãos. Com a paz, os jovens testemunham e desafiam a sua inteligência concorrendo para os exames de admissão ao Ensino Superior, provando nos seus exames e testes periódicos a sabedoria buscada nas carteiras do primário e secundário para, no dia da graduação, com as togas posarem, com famílias e convidados, para as fotografias com os seus canudos de fim do curso superior.

Com a paz materializam-se os projectos de desenvolvimento económico e social com base, primeiro, na capacidade dos moçambicanos e, segundo, com a colaboração do investimento externo atraídos não só pelas variadíssimas riquezas do país mas, sobretudo, pelo bom ambiente de negócio e “tudo isso porque nós estamos seriamente comprometidos com a paz e porque sabemos que a alternativa à paz é a própria paz”, e acrescentou ainda que, a paz é um aspecto central para galvanizar as vontades e esforços de todos os moçambicanos para o desenvolvimento, promovendo a inclusão, a cultura de diálogo permanente entre as forças vivas de uma sociedade democrática.

De acordo com o “Jornal Verdade”, Armando Guebuza, antigo Presidente da República no informe geral da nação de 23/08/2014 na Assembleia da República, apontou que reconhecidamente, existe uma “relação simbiótica entre a consolidação da unidade nacional, paz e da democracia e o desenvolvimento social e económico da nação moçambicana”. Todavia, por forma a conferirmos a crescente fluidez e esta relação de benefícios mútuos, teriam que superar alguns desafios. Naquela informação anual referiram-se a quatro desses desafios, nomeadamente; a “diversificação dos mecanismos de diálogo, a imposição da

³¹ Intervenção de PANTIE, Sergio. Conferência Nacional sobre a consolidação da Paz em Moçambique – o papel dos Partidos Políticos, visitado no site <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/135-Paz-em-mocambique-precisa-de-ser-consolidada> visitado a 17 de março de 2015

autoridade do estado em todo o espaço geográfico da nação Moçambicana, tranquilidade e segurança públicas e a redistribuição dos rendimentos”³².

Joaquim Chissano ex-Presidente de Moçambique e mediador dos AGP, em pronunciamentos a “DW” referiu que “os 20 anos de paz é que facilitaram o desenvolvimento rápido do país”. Porque “logo que ascendemos á independência, em 1975, nós começamos com um desenvolvimento espectacular: no domínio da educação, triplicamos o número de escolas, o número de alunos. Mas depois vimos essas escolas e esses alunos serem dezimados pela guerra. Portanto era necessária paz para o desenvolvimento do nosso país”³³.

Nestes 20 anos o país conheceu alguns progressos é notório e reúne consensos, mas também reúne consensos que o país tem muitos desafios ainda a ultrapassar, é neste ponto de vista que existe a necessidade das lideranças no país terem a humildade de aceitar que a paz, reconciliação, o desenvolvimento é feito por todos os actores políticos activos e a sociedade em geral em conjunto, numa interdisciplinaridade, complementaridade e reconhecimento e aceitação mútua, com um objectivo claro de alcançar o bem estar da nação moçambicana ultrapassando os desafios gradativamente, feito que passados 20 anos a construção da verdadeira paz se mostra ainda um desafio cada vez mais distante de se alcançar, a julgando pelos últimos contornos políticos nada abonatórios que se tem vivido em Moçambique, e que vem demonstrando claramente que principal problema reside nestes dois actores políticos que num jogo político, dão primazia aos seus interesses políticos, em detrimento da maioria e não dão exemplo ao seu povo de reconciliação, pois ambos deveriam, como responsabilidade moral e social, com as suas actitudes buscarem a reconciliação e estarem dispostos a ultrapassar conjuntamente as suas diferenças rumo a uma paz efectiva e reconciliada.

Manuel Bissopo³⁴, Deputado da Assembleia da Republica pela bancada da Renamo no “Jornal Noticias”, considera que os 20 anos que vivemos foram muito difíceis para consolidar a paz. Afirmou que, em 2015, a Força de Intervenção Rápida atacou militarmente a guarda da Renamo

³² Disponível em <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/42569-a-nacao-gcaminha-imp...> Visitado á 04/06/2015.

³³ Disponível em <http://www.dw.de/pena-que-nao-continuemos-a-ter-campos-de-reeducacao-diz-joaquim-ch...> visitado á 31/03/2015

³⁴ BISSOPO Manuel. Conferencia Nacional sobre a consolidacao da Paz em Mocambique-papel dos Partidos Politicos, pesquisa: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/135-paz-em-mocambique-precisa-de-ser-consolidada> visitado a 17/03/2015

em Inhaminga, província de Sofala, e a 8 de Março último em Nampula. E que os membros da Renamo e a maioria dos moçambicanos são excluídos das oportunidades que o país oferece.

“A Frelimo incentiva em todas as instituições do Estado e até privadas a exclusão social, marginalizando todo e qualquer moçambicano que não concorde com a sua filosofia”, disse.

Acrescentou que a Polícia e os líderes comunitários, principalmente nas zonas rurais, são usados para reprimir e humilhar os membros da Renamo, procurando sempre decidir penalizando-os.

Disse ainda que a Renamo foi enganada em Roma. Tudo o que as partes acordaram continua a ser deliberadamente violado pela Frelimo, demonstrando que não está interessada num verdadeiro Estado de Direito democrático, e no entanto, que este partido é pelo diálogo, não quer a guerra. Pretende negociar a gestão dos processos eleitorais, a reorganização do Exército, a reestruturação e reformas profundas a nível da PRM, constituição da Força de Intervenção Rápida (FIR), transparência na gestão das riquezas do país e o processo de implementação e execução dos respectivos acordos alcançados.

Como demonstram os pronunciamentos acima, tanto da Renamo, como da Frelimo, os problemas e desafios estão detectados e definidos, cabe aos dois protagonistas mostrarem que tem vontade política de ultrapassar estes problemas, e não se limitarem a acusações mútuas e repetidas sem procurar as soluções para esses problemas, que já são do conhecimento geral.

O Deputado da Assembleia da Republica pela bancada do MDM, Luis Boavida³⁵, segundo o “Jornal Noticias”, referiu, na conferência nacional sobre “a consolidação da paz e democracia em Moçambique que “vistas as diferentes vertentes da paz, ficava claro que em Moçambique só houve o calar das armas”. A paz continua ausente no dia-a-dia dos moçambicanos. Passados 20 anos do AGP, a maioria das famílias moçambicanas vive num ambiente de total incerteza, devido à carência de bens e serviços básicos, a tolerância política e a convivência na diversidade ainda são aparentes, porque nas zonas longe de Maputo, o partido no poder tudo faz para impedir, desestabilizar e inviabilizar as actividades do MDM. A justiça e a Administração Pública em geral são usadas como instrumentos ao serviço do partido político que governa o país.

“Lá, os membros e simpatizantes do MDM foram ameaçados e agredidos fisicamente e presos sem justa causa; as sedes do MDM foram vandalizadas e destruídas, as suas bandeiras arriadas,

³⁵ BOAVIDA Luis. Conferencia Nacional sobre a consolidacao da Paz em Mocambique-papel dos Partidos Politicos, pesquisa: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/135-paz-em-mocambique-precisa-de-ser-consolidada> visitado a 17/03/2015

rasgadas e apoderadas por membros do partido no poder protegidos pela PRM, Polícia Camarária, líderes comunitários e titulares locais das instituições do Estado”, disse, acrescentando o mesmo interlocutor, que se trata de manobras que põem em perigo a paz e a construção de um Estado de Direito democrático e visam consolidar e reinstitucionalizar as atitudes e práticas de partido único.

Dom Jaime Goncalves³⁶, antigo Arcebispo da Igreja Católica na Beira, numa entrevista a “DW”, referiu que, “para a paz, já tem uma grande base a partir do próprio governo, a partir do próprio povo, que de facto acredita na paz e que a vida social, a vida nacional depende muito da paz”. Agora tem partes que é preciso desenvolver, a democracia sem nenhuma economia não é praticável, portanto o desenvolvimento económico do país, aí ainda há muito que fazer e muito que organizar.

E isso pode influenciar a segurança da paz, demasiada pobreza, não garante muito a paz, leva as pessoas a uma ambição desmedida, porque a pobreza acaba por ser absoluta. O que torna o país vulnerável e sensível a recorrer a questões de manifestações e violência, situações que podem ser explicadas pelo nível de pobreza absoluta a que as pessoas se encontram no nosso país.

Na opinião de Andrea Riccardi fundador da organização católica Comunidade Santo Egidio e um dos mediadores do AGP, em declarações à “DW” **no balanço dos 20 anos paz em moçambique refere que**, passados 20 anos do Acordo Geral de Paz de Moçambique, se ele, pudesse mudar alguma coisa em Moçambique seria a transformação da Renamo em “verdadeiro partido de oposição” para um efectivo funcionamento bipartidário da democracia em Moçambique³⁷.

Carlos Nuno Castelo BRANCO, coordenador do grupo de investigação sobre economia e desenvolvimento do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), em pronunciamento a “DW” aponta que, enquanto nós tivermos os níveis de desigualdade que temos, enquanto nós estivermos “a reproduzir pobreza ao mesmo tempo que criamos riqueza, a paz será sempre frágil”. Passaram 20 anos sobre a guerra, e um dos problemas em Moçambique é que os defensores da paz, os que falam mais sobre isto quer o governo quer as igrejas sempre que há

³⁶ GONCALVES Jaime, entrevista no DW PROGRAMAS/AFRICA/MOCAMBIQUE- “Uma viagem Muitos Balancos” – 20 Anos de Pazem Mocambique pesquisas no site <http://www.dw.de/opvo-viveu-a-ideia-do-abraco-entre-frelimo-e-renamo/a-16275576> visitado a 31/03/2015

³⁷ <http://www.dw.de/mocambique-e-refem-de-si-mesmo-economista-mocambicano-carlos-nu...> 31/03/2015.

um conflito social, o discurso vem que o mais importante é garantir a paz, ou é como se a voz dos que são prejudicados, dos que perdem no processo social valesse menos do que a paz. Portanto, só vale a voz dos que têm poder, a voz dos outros não vale, porque ameaça a paz. Ora, a ameaça à paz não vem da voz dos que normalmente não têm voz, a ameaça à paz vem das ações daqueles que têm poder. Os outros só estão a reagir a isso³⁸.

A Professora Dra. Elisabete Azevedo Harman, docente da Universidade Católica Portuguesa, do curso de mestrado em ciências políticas, cadeira de transição política de 13 a 20 de Abril de 2015, ministradas na UCM/UCP em Quelimane, entende que o processo de reconciliação em Moçambique falhou porque nenhuma das partes quis falar do passado, taparam o sol com a peneira como se diz popularmente, não se discutiram os problemas a sério e o erro foi de todos; a sociedade civil, as igrejas, etc, não houve uma terapia nacional de reconciliação e o ódio foi se acumulando, e deu exemplo dos debates que muitas vezes temos assistido na assembleia da república entre os deputados que demonstram por vezes ataques verbais, tribais, regionais entre si, numa clara demonstração de ausência de reconciliação entre os adversários políticos.

E (BRITO et alii., 2014,24/26) diz que “durante muitos anos o acordo de paz foi considerado um bom acordo e Moçambique um caso exemplar de pacificação. Porém, esta visão otimista foi construída ignorando uma série de sinais e acontecimentos que ameaçavam a estabilidade precária vivida durante um pouco mais de vinte anos e, de alguma maneira, prenunciavam o retorno a uma situação de violência o retorno a uma situação de violência”. Portanto em suma, embora o AGP tenha tido uma dimensão positiva essencial que foi a sua capacidade de garantir a cessação efectiva das hostilidades, a desmobilização dos combatentes e a formação de um exército composto por elementos provenientes das duas forças, ele era insuficiente para assegurar, por si só, as condições de uma real transição democrática.

4.2 Considerações Gerais

Neste capítulo foi notório que das várias intervenções emerge o entendimento de que há um trabalho contínuo que deve ser feito, isto é, corrigir de ambos os lados os erros e falhas que existiram no cumprimento dos protocolos assinados em Roma em 1992, assumir uma outra dinâmica de diálogo político e social comprometido com os interesses dos moçambicanos, que

³⁸ BRANCO Carlos Nuno Castelo, entrevistado pela DW-“uma viagem muitos balancos”-20 anos de paz em mocambique, pesquisa no site <http://www.dw.de/mocambique-e-refem-de-si-mesmo-economismo-mocambicano-carlos-nu...> pesquisado 31/03/2015

orgulhe os moçambicanos, mostrando que os seus políticos que sabem dialogar e ultrapassar as suas diferenças através de debates construtivos em que todos saiam vitoriosos e visando realizar o dever patriótico de promover o bem estar dos Moçambicanos. A tendência do país deve de ser de progressão, desenvolvimento e evolução e tudo isto é possível quando todos estão comprometidos com a causa da nação. O dialogo tem vários níveis, então os políticos do nosso país devem saber usar esses níveis do dialogo a favor da construção da paz, demonstrando que como políticos e com a sua forma de actuar estão a efectuar o chamado dialogo inteligente, que nos mostraria resultados palpáveis, com uma evolução digna de realce.

Podemos neste capítulo observar de acordo com as várias intervenções a diversos níveis, que é um problema fundamental que mina o processo de paz, já foi identificado que foi logo no inicio o deficiente ou processo de pacificação bem como a eventual retirada precoce das NU sem que as Forças Armadas estivessem efectivamente paritariamente concluídas e os antigos combatentes desmobilizados e reintegrados a todos níveis da sociedade moçambicana. É igualmente patente a falta de reconhecimento e humildade de ambos protagonistas em relação aos seus erros neste processo. Portanto pode se aqui dizer que ambos devem por a mão na consciência, admitir as suas fraquezas, ter a humildade e necessidade de voltar um pouco no tempo, reconhecer as etapas que foram puladas como da transição para a pacificação, e começar a corrigir os tais erros, quem sabe deste modo não dariam inicio a um processo de pacificação, irmandade e reconciliação rumo a uma paz efectiva.

É necessário fazê-lo agora. Os protagonistas devem abandonar as suas posturas centradas apenas nos seus interesses próprios. O jogo de acusações mútuas tem estado a soar ao povo como distração das questões essenciais. Devem procurar por soluções pacificas, e observar uma capacidade elevadissima de perdão mútuo e mantendo um diálogo construtivo permanente e também criando um espirito reconciliador permanente entre os Moçambicanos, criar uma consciência de incentivo ao povo de reconciliação e conquista de uma identidade moçambicana, de formação e cooperação na busca constante da paz efectiva e consolidada.

O acordo do AGP foi um entendimento político, resultado de diálogo em muitos encontros que culminou com a assinatura de ambos e se comprometendo em tudo fazer para buscar permanentemente a paz, acima de tudo, e não para depender das suas vontades e interesses políticos e ou pessoais, talvez a melhor saída seria dar cunho juridico e daí encarar-se-ia como lei desde o ponto de vista juridico, como se pode entender há tendência a eternizar os

protocolos em detrimento da criação da lei, o que seria uma obrigatoriedade a cumprir pois estaria previsto nela e seria crime, e quem não cumprisse seria penalizado seja de que formação partidária pertencesse, pois ambos vivem desrespeitando o cumprimento dos protocolos que assinaram, impunemente.

O caminho para o alcance para a paz efectiva é longo e requer muita vontade e disposição de todos os moçambicanos. Foi aprovado no país um fundo de paz e reconciliação que deve se destinar a financiar projectos económicos e sociais dos combatentes de luta de libertação nacional e desmobilizados de guerra do governo e da renamo, e os cônjugues sobreviventes dos combatentes á título reembolsável, desenvolvendo suas actividades em todo o território nacional. Este pode ser um dos caminhos a trilhar no sentido da busca constante pela paz pois vai ajudar muitas pessoas a melhorar as suas vidas e as suas condições económicas e possibilitar um futuro melhor para os seus filhos. Será este mais um ganho na busca da da consolidação da paz em Moçambique.

Mazula, (2015; p.79-86) lembra que, estes protagonistas se comprometeram a considerar os seus interesses subordinados ao interesse da nação moçambicana, concordando que era necessario por de lado tudo aquilo que os dividia e que se concentrariam com prioridade e atenção naquilo que os une, com vista a alcançarem objectivos comuns num “espírito de compreensão entendimento mútuos”, dialogando para promover o essencial à nação. E ainda que se comprometeram em buscar a plataforma e mecanismos de trabalho e ainda criar condições políticas económicas que permitissem trazer uma paz duradoira e normalização da vida de todos moçambicanos.

“A paz é um desafio, é um processo de construção permanente”. Pode uma sociedade ter comida e emprego e não estar em paz. Uma sociedade pode estar recheada de tecnologias de ponta e não estar em paz, uma sociedade pode ter muitos recursos naturais, como hidrocarbonetos, gás, carvão, ouro, areias pesadas, e assistir á sua exploração, e não viver em paz.

A tensão política é hoje agravada pelas expectativas que cada um deposita no boom de recursos minerais e hidrocarbonetos que vão sendo descobertos e na ilusão do fim da pobreza de um dia para o outro. Estes são alguns dos fenomenos que denunciam certo distanciamento dos dois assinantes do Acordo Geral de Paz ao longo dos 20 anos e é um distanciamento grave na medida em que cíclica e sistematicamente, é acompanhado de ameaças de retorno á guerra

por parte da Renamo e de demonstração de força policial e da força da lei por parte do Governo. É um distanciamento grave porquanto cada um parece fechar-se nas suas auto-razões.

Os 20 anos serviram para os moçambicanos “saborearem como foi cozinhada a paz”, Todos bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos, sentiram que a paz é saborosa e vale a pena desfrutá-la, porque alimenta o organismo social e as nossas mentes.

O desafio consiste em investir na educação da da sociedade para assumir e interiorizar a cultura de diálogo comunicativo na solução dos problemas do País.

Somos todos chamado à paz, individualmente, mas principalmente e particularmente o governo de moçambique, o parlamento, e todas as forças políticas ‘a sabedoria, ao amor a vida, ao respeito do povo na solução dos problemas nacionais.

E de acordo com com o O antigo Presidente da Comissão Nacional de Eleições e docente universitário, Brazão Mazula fez um apelo e desafio para que todas universidades sejam promotoras da paz, devendo empenhar-se na investigação das razões e das causas dos conflitos e instabilidades sociais ajudando a que os políticos e decisores possam caminhar juntos rumo a estabilidade social³⁹.

A paz deve ser dialogada sempre , mesmo que esta não esteja em risco, pois assim também cria-se o habito e cultura de paz .

Capítulo V: A Via para a Paz

Neste capítulo vamos fazer menção aos esforços ou acordos, contributos e ideias que tem sido feitos como demonstração de atitude e vontade de manter e consolidar a paz em Moçambique Nele poderemos analisar e entender os esforços têm sido envidados, apesar das diferenças mútuas, com vista ao entendimento e à para o alcance da manutenção e consolidação da paz em Moçambique.

Esforço: é a acção energica do corpo e do espírito, é ânsia, batalha, campanha, coragem, custo, desenvolver, diligência, empenho, energia, estender, impulso, interesse, ~~valor~~, vigor e zelo.

³⁹ MAZULA Brazao, antigo Presidente da Comissao Nacional de Eleicoes e docente universitario em <http://hx.pu.sl.pt> visitado a 26/10/2015

Envidar: apostar, convidar desafiado, empenhar, empregar e esforçar. Envidar esforços para ultrapassar uma crise⁴⁰.

5.1 Novos Acordos Assinados

Após meses de conversações, o “Jornal Verdade”, refere que foi assinado na sexta-feira dia 05 de Setembro de 2014, o acordo de paz II em Moçambique que contempla “a declaração de cessação das hostilidades, o memorando de entendimento, o mecanismo de Garantia de Implementação do Acordo de Cessação das Hostilidades, bem como os Termos de Referência da Missão de Observadores Militares Internacionais”.

Com a assinatura destes acordos visa-se a melhoria da situação actual de instabilidade política no país e incentivar o prosseguimento de diálogo político e social, com vista, uma vez mais a ultrapassar as diferenças entre os protagonistas. Ambos assumiram diante de vários órgãos representados a todos os níveis, o comprometimento em seguir a risca o acordado para o alcance da paz. E aparentemente com a assinatura destes acordos, o ambiente político desanuviou-se, reduzindo-se a tensão e os impasses que eram recorrentes na mesa de diálogo. A aspiração geral é que o diálogo entre ambos deve continuar com debates produtivos, que levem a resultados construtivos concretos para a convivência em um ambiente tranquilo e pacífico rumo a construção do desenvolvimento nacional. O acordo assinado contempla a declaração de cessação de hostilidades, bem como os termos de referência da missão de observadores militares internacionais. Representantes e diplomatas estrangeiros lotaram a majestosa sala da presidência para testemunhar as declarações de ambas as partes que aliviaram a apreensão de milhões de moçambicanos. Dhlakama reiterou a necessidade de um estado democrático e de boa governação. “Os desafios do futuro são para levar a sério no presente e é necessário um compromisso sincero das forças políticas moçambicanas com vista a consolidação de um modelo democrático orientado para o progresso e aceite em regras de boa governação”.

E Guebuza disse também que com a assinatura do acordo de cessação de hostilidades militares entre as duas forças, “assumia-se, ao mais alto nível, o início da desmilitarização, imobilização e reintegração das forças residuais da Renamo por um lado, na vida civil em actividades económicas e sociais, e, por outro lado, nas forças Armadas de Moçambique, para que este partido político se conforme com o estipulado na lei e prossiga com os mecanismos de diálogo político e social”.

⁴⁰ <http://dicio.com.br/>

Naquela manhã do dia 05 /09/2014, uma nova era dos moçambicanos se iniciou com a assinatura daquele acordo II pelo então Presidente da República Armando Guebuza e o Presidente da Renamo Afonso Dhlakama que culminou com abraços e apertos de mãos, simbolizando o fim da crise política militar que abalou moçambique por mais de um ano⁴¹.

Segundo o editorial do Jornal Noticias, foi criada em outubro de 2014, a EMOCHM (Equipa de Observação de Cessão das Hostilidades Militares) que integrava 70 peritos nacionais, dos quais 35 do Governo e igual número da Renamo, e 23 peritos estrangeiros, tendo como missão observar e monitorar o desarmamento do maior partido da oposição no país, enquadramento e integração dos seus homens residuais nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e a Polícia da República de Moçambique (PRM).

Findo o prazo do mandato de 135 dias da EMOCHM verificou-se que esta não conseguiu alcançar um dos seus objectivos fundamentais no âmbito do acordo de cessação de hostilidades militares, que era garantir e desmilitarização da Renamo e que no final nenhum partido político permanecesse armado, não obstante os custos suportados pelo Governo para operacionalização das suas actividades, incluindo o pagamento o pagamento de subsídios aos integrantes⁴².

O Governo confirmou a extinção da EMOCHM, através do chefe da delegação governamental José Pacheco, reafirmando contudo o compromisso de continuar engajado na implementação do acordo que fora assinado á 5/09/2014, pois, para ele, o governo ``cumpriu as suas obrigações no âmbito do acordo da Cessão das hostilidades militares, durante a vigência da EMOCHM, que foram 8 meses, criando as condições logisticas necessárias para o cumprimento cabal das suas responsabilidades, restando à Renamo a apresentação das listas dos seus homens residuais para efeitos de integração nas FADM e na PRM, bem como de reinserção social e económica, o que até agora não aconteceu, emperrando deste modo, a continuidade da missão e implementação das actividades previstas no acordo``. O executivo instou mais uma vez o partido Renamo a ``providenciar as listas dos seus homens a integrar, com vista a acautelar os aspectos logisticos decorrentes``. Os elementos que integravam a EMOCHM

⁴¹ DLAKAMA Afonso-assinatura do acordo de paz II, pesquisa <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/48746-assinado-acordo-de-paz-ii-em-mz...> visitado a 25/05/2015

⁴² <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/editorial/36494-edit5251> visitado a 21/05/2015

retornam às suas unidades, aguardando novas ordens até que a parte política alcance acordo com a renamo para que a paz seja duradoira no país⁴³.

Segundo o Portal do Governo, o Conselho de Ministros realizou no dia 18 de novembro de 2014, a sua 29ª Sessão Ordinária, na qual o Governo apreciou e aprovou o Decreto que criou o Fundo de Paz e Reconciliação Nacional e aprova o respectivo Regulamento.

O Fundo de Paz e Reconciliação Nacional é uma instituição pública com personalidade jurídica, regida por normas de direito privado, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, destinado a financiar projectos económicos e sociais dos combatentes da luta de libertação nacional e desmobilizados de guerra do Governo e da Renamo, a título reembolsável, desenvolvendo as suas actividades em todo o território nacional⁴⁴.

O antigo Ministro de Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereineia, explicou que o fundo de paz e reconciliação destina-se a financiar projectos económicos e sociais dos combatentes de luta de libertação nacional e desmobilizados de guerra do Governo e da Renamo, a título reembolsável, desenvolvendo suas actividades em todo o território nacional. Este fundo tem como objectivo promover a criação de emprego para os combatentes e apoiar as iniciativas e projectos de desenvolvimento económico e social destes, fortalecer a capacidade da criação, implementação e gestão de negócios dos combatentes, capacitar os combatentes em actividades profissionais para melhorar a sua empregabilidade, bem como incentivar o associativismo dos combatentes no desenvolvimento das actividades económicas. E tem como missão promover a criação de emprego dos combatentes, mobilizar recursos financeiros e materiais para cumprir com os seus objectivos, identificar fontes alternativas de financiamento, aplicar recursos em empreendimentos que promovam a favoreçam a reinserção dos beneficiários e reinvestir os meios financeiros colocados a sua disposição para o reforço da sua capacidade financeira⁴⁵.

Foram financiados os primeiros projectos com o Fundo da Paz e Reconciliação, na Província de Cabo Delgado no distrito de Mueda, trata-se de projectos de ligados ao comércio local, agricultura, produção de lajes para latrinas melhoradas e material de construção, agricultura e avicultura, submetidos pelos beneficiários no âmbito do Fundo da paz e reconciliação Nacional,

⁴³PACHECO Jose-governo decidiu extinguir a EMOCHIN, pesquisa www.folhademaputo.co.mz/pt/.../governo-decidiu-extinguir-emochm/ visitado á 16/11/2015

⁴⁴ www.portaldogoverno.gov.mz/.../comunicado%2... Visitado a 10/11/2015

⁴⁵ CUERENEIA Aiuba, mocambique: criado fundo de paz e reconciliacao, pesquisa <http://www.rm.co.mz/index.php/home-2/item/8563-mocambique-criado-fundo-de-paz-e-re...> Visitado a 14/07/2015

Instituição sob tutela do Ministério dos Combatentes, criado pelo decreto 72/2014 de 05/12/2014. O apelo feito pelo Ministro dos Combatentes, Eusébio Lambo, é que os projectos financiados contribuam para a melhoria das condições económicas dos combatentes e respectivas famílias, assim como para o desenvolvimento sociedade moçambicana, de uma forma geral, e a reavivar o seu maior cometimento aos valores da paz e unidade nacional⁴⁶.

É notório que algo tem estado a acontecer em torno da manutenção e consolidação da paz em Moçambique, o que se pode dizer ou indagar é se serão suficientes as acções iniciadas. Ou será que o jogo político entre estes dois protagonistas esteja a “falar mais alto” que o próprio interesse da maioria que é povo moçambicano? Existem encontros e debates, sobre a paz em que ambos ciclicamente se comprometem em colaborar, mas passado algum tempo vemos a situação na mesma ou agudizando-se. Deixam a entender que na teoria ali, no debate chegam a consenso, aparentemente, mas quando chega a vez de objectivar, passar a acção, nada acontece, pelo contrario regride-se. É patente que os problemas que opõem ambos assinantes tanto do Acordo geral de Paz de 1992, como do Acordo de Cessão das hostilidades de 2014, estão devidamente identificados. Falta é o espírito de entrega e comprometimento e vontade de ambos para ultrapassar-los. E sobretudo a confiança para ir além das suas marcas históricas de partido de estado ou de partido de guerrilha.

5.2 O Clamor pela Paz. Os apelos da Sociedade Civil

James Duddridge, ministro europeu para África do Reino Unido, referiu na sua visita recentemente em Maputo que o “governo britânico encoraja e apela ao diálogo sério e produtivo entre o governo e a renamo, como forma de salvaguardar a prosperidade no país. Ou seja o apelo é para que ambos façam um esforço produtivo nas rondas negociais que se tem verificado desde há um ano para cá que envolve diversos actores da sociedade nacional e internacional⁴⁷.

Segundo o canal televisivo STV (06/12/2014), no Jornal da noite, o Bispo da Igreja católica na Província da Zambézia, Hilario Massinga na cerimónia de graduação da UCM, efectuou um apelo vêemente para uma paz efectiva e verdadeira em Moçambique. Os protagonistas do AGP deveriam se “sentar a mesa e dialogar no verdadeiro sentido”, deixando de lado as suas

⁴⁶ LAMBO Eusebio, financiados primeiros projectos, pesquisa <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica-41213-fundo-de-paz-e-reconciliação-financiadas-primeiros-projectos> visitado a 16/11/2015

⁴⁷ DUDDRIDGE James, visita do Ministro europeu para Africa, pesquisa no site <http://s5m.ek.sl.pt> visitado a 14/05/2015

“querências partidárias” e estando envolvidos na busca do “bem comum” para todos e o país. Afirmando ainda que todos os problemas se podem resolver na base da “conversa e diálogo e cedência mútua”.

No entender de **GONÇALVES** (2014;146) “Entre mil soluções possíveis do caso, nós propomos que as duas partes se sentem na mesa do diálogo democrático e sincero e resolvam os problemas no interesse de todos e da Nação Moçambicana”.

Continuou dizendo que “o acordo Geral de Paz é um acordo entre seres humanos, há-de ter imperfeições próprias de seres humanos não foi concebido por demónios, pois teria de estar completamente errado, mas também não foi concebido por anjos, teria de estar completamente perfeito. Já foi provado que é uma plataforma a partir da qual os moçambicanos continuarão o seu processo de reconciliação. Agora não é só entre a Renamo e o Governo, mas faz parte da nossa legislação. Então, é bom que reconheçamos o Acordo Geral de Paz e, se acharmos que há algum aspecto fique está imperfeito, vamos aperfeiçoá-lo.

Numa audiência concedida pelo Chefe de Estado moçambicano Felipe Jacinto Nhusi, no seu gabinete de trabalho, os bispos católicos moçambicanos pediram o envolvimento de outras forças vivas da sociedade no diálogo político para o alcance da paz efectiva no país. Os bispos fizeram aquele apelo no âmbito da realização da conferência episcopal de Moçambicana, e a delegação era chefiada pelo arcebispo de Maputo, Dom Francisco Chimoio que pediu ao Presidente da República, “a continuar a incentivar o diálogo para resolver os problemas ainda pendentes e como meio de manter a estabilidade no país”. Em resposta o estadista moçambicano, afirmou estar “a tentar devolver a estabilidade e apelou aos clérigos, a apresentarem também soluções que visem manter a paz em Moçambique, para além de exporem problemas”. Afirmou ainda que o assunto da paz pode ainda ser resolvido dentro de casa, pois é uma conversa de quarto⁴⁸.

Alice Mabote - Presidente da Liga dos Direitos Humanos, numa entrevista ao “Jornal Magazine”, referiu que os esforços que devem ser envidados para trazer uma paz efectiva em Moçambique devem ser demonstrados pelo Presidente da República Felipe Jacinto Nhusi e pelo Presidente da Renamo Afonso Dhlakama que na sua opinião deveriam “tratar este assunto com sensibilidade, e deixar todo o egoísmo que têm e todas as razões do mundo que têm e encontrarem uma solução para a paz”. Referiu ainda que a bola da paz efectiva, em Moçambique, está do lado do Presidente da República pois é preciso que quem “governa oiça o clamor dos cidadãos”. Prosseguiu apelando ao chefe do Estado para ter sensibilidade de ele sozinho ir buscar a paz, pois se não consegue por via dos intermediários, a obrigação é dele de

⁴⁸ CHIMOIO Francisco, encontro da Presidência da República para o apelo a paz, pesquisa www.rm.co.mz visitado á 09/11/2015

dar este bem ao povo. E também fez o mesmo apelo ao presidente da Renamo que se ele não tivesse intermediários que cheguem para trazer a paz, que vá sozinho e tenha o diálogo com o presidente da república e os dois ultrapassem os problemas, naquilo que é cidadão de todos os cidadãos. Recomenda finalmente que tanto Nhusi como Dhlakama deveriam ser ``politicamente astutos e verem que aqui não me estão a trazer a verdade e procurar a verdade possível``. (Jornal Magazine do dia 03/11/2015, pg. 5 2015, Ano IX;445)

O líder do PIMO (Partido Independente de Moçambique), Yá-qub Sibindy, recentemente numa entrevista ao Jornal Magazine, referiu que como mecanismo de procura de consolidação da paz em Moçambique é necessário, que se ``alargue a agenda de debate, para todos os partidos políticos e sociedade civil e não monopolizar o assunto e trata-lo como problema de compadres, esqueceram que a agenda deste debate da paz e o desarmamento da Renamo, respeito pelas leis, faz parte da soberania nacional dos moçambicanos``. Adiantou ainda que tanto o Presidente da República, como o Presidente da Renamo, não tem interesse, pois, sabem muito bem o que é necessário para haver paz no país. Como forma de trazer estabilidade no país deve-se criar um ``triângulo da paz, onde os progenitores de Dhlakama são Joaquim Chissano e Armando Guebuza antigos estadistas moçambicanos, pois eles conhecem bem o processo de Roma, e Chissano devia chefiar a nova equipa de mediadores, onde haveria de se fazer uma revisão sobre a adaptação do AGP e depois produzir-se-ia uma resolução a ser depositada no gabinete do Chefe do estado em que se iria homologar e passar para a Assembleia da República e seria transformada numa lei e só aí resolveria-se muitos problemas``.

O "jornal Noticias" apontou que mais de 20 organizações da sociedade civil moçambicana composta por representantes da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, associações dos Escritores, Músicos, Desportistas, Centro de Integridade Pública e o fórum da Mulher, Membros de Confissões Religiosas, Ordem dos Médicos, dos Engenheiros e dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, Empresários, Deficientes, Estudantes e Idosos reuniu-se com o chefe do estado moçambicano Felipe Jacinto Nhusi para manifestar a sua ``prontidão e apoio em acções com vista a busca da paz, harmonia e tranquilidade em Moçambique e a sua disposição na busca do diálogo e procura de soluções que evitem que o país retorne a uma situação de guerra e morte``. E encorajou o chefe do estado ``a continuar nesses esforços feitos para a busca de consensos e da paz``⁴⁹.

O conselho pastoral da CEM reunidos na sua 2ª sessão anual refletiu sobre sobre o caminho feito nos 20 anos do Acordo Geral de Paz e da incipiente convivência democrática, para apreciar os frutos positivos alcançados, discernir o que ainda precisa de ser consolidado e chamar a atenção para alguns constrangimentos e ameaças no processo da construção de um

⁴⁹ <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/main-33384-num-encontro-com-o-pr-sociedade-.....> visitado a 13/11/2015

Moçambique independente, soberano, pacífico e capaz de assegurar a prosperidade e o bem estar para todos.

E como esforços de construir a manutenção, consolidação da paz em Moçambique, a Pastoral do Conselho Permanente da CEM, reunidos na sua segunda sessão anual em nome dos Bispos católicos de Moçambique, referiu que é urgente recuperar os valores da solicitude uns com os outros, partilha e solidariedade. A solidariedade, a compaixão, o comer juntos são valores que marcaram sempre a cultura tradicional moçambicana, mas hoje estão em crise. Esta crise manifesta-se pelo crescimento das desigualdades na distribuição do poder, da riqueza, e do bem estar.

A todos os que tem responsabilidades públicas, solicitou-se que se esforcem cada vez mais em proceder com justiça e transparência na gestão do bem comum, na consciência do que ninguém é proprietário ou dono dos bens que por própria natureza pertencem a todos os cidadãos deste país, embora tenham recebido, mediante ao voto eleitoral, a autoridade para governarem o país em nome de todos. Cooperem, portanto, em nome daqueles que lhes confiaram o mandato, com todas as forças vivas da sociedade civil moçambicana. Somente com o crescimento dos valores da justiça, igualdades perante a lei, da fraternidade e da solidariedade, poderemos fortalecer a paz no nosso país.

Jesus Cristo, com a sua vida, morte e ressurreição, trouxe à humanidade a paz de Deus. Como diz S. Paulo na carta aos Efésios, - Ele é a nossa paz: fez de povos diferentes um único povo derrubou o muro da inimizade que os separava. A humanidade, em geral, e os moçambicanos, em particular, são chamados a percorrer os caminhos da verdadeira paz e a construir um mundo cada vez mais fraterno e sem divisões. Para que isso aconteça, todos nós somos convidados a nos reconciliarmos uns com os outros e com Deus, através do seu filho Jesus, o Príncipe da Paz. Que Maria, rainha da paz, acompanhe o caminhar do povo moçambicano na consolidação da democracia para preservação da paz⁵⁰.

De acordo com alguns líderes de Partidos políticos da oposição, a paz que se vive em Moçambique nestes 20 anos foi conquistada com muito sacrifício por isso todo o esforço deve ser feito no sentido de preservá-la para que os moçambicanos possam cumprir a agenda nacional de luta contra a pobreza rumo ao desenvolvimento para que isso aconteça é necessário que as partes desavindas dialoguem como única forma democraticamente aceitável para resolução de diferendos. O país é referência a nível internacional nestes 20 anos e não faz

⁵⁰ www.missionarios.boanova-pt/.../129-nota-pastoral-do-conselho-permanente-da-cem
visitado a 13/11/2015

sentido que alguma força política ouse instigar a violência seja a que pretexto for⁵¹. A Renamo o O “jornal Canal de Moçambique”, apontou na voz da chefe da bancada do partido Ivone Soares, no discurso de abertura da IIª sessão ordinária VIIIª legislatura da Assembleia da República, reiterou estar sempre disposta para debater os assuntos que visam a paz em Moçambique, “realçou que entendimentos que põem a guerra e que devolvem a paz não podem ter um ciclo de vida limitado”. Para Moçambique o AGP significou uma entrada irreversível do multipartidarismo que devia permitir a realização de eleições livres, justas, e transparentes o que culminaria com alternância governativa. “Os acordos de paz criam esperança de melhoria da condição de vida do povo, Moçambique está expectante sobre o estabelecimento do Estado de direito, das garantias e liberdades fundamentais e do funcionamento democrático das instituições numa clara demonstração de separação dos poderes. Até aqui a Renamo carrega esse sonho”.

Segundo a “DW” referiu que os analistas moçambicanos pedem medidas mais firmes para pôr fim a tensão no país, dizem que é preciso obrigar o Governo e Renamo a encontrar caminhos acertados para pôr termo a tensão política, reiteram que a comunidade internacional deve encontrar caminhos para influenciar os actores políticos, com vista a ultrapassar o principal problema: “a exclusão social e económica que ainda prevalece no país, essa solução passa por a Frelimo e a Renamo sentarem-se e falarem seriamente, pois a reconciliação nacional não é um discurso é uma prática”. É um apelo directo ao Governo e indirecto a Renamo para que, dentro das suas possibilidades e a todo custo, “continue a preservar a paz e que cinjam o jogo democrático dentro do quadro legal, e que perante essa situação que se está a viver, não se precisa de culpados, mas sim de soluções, de encontrar saídas e ninguém melhor do que os dois que estão directamente envolvidos nisso para trazer esta solução e buscar algum tipo de consenso”⁵².

Cada protagonista deste processo têm que assumir a sua responsabilidade naquilo que se compromete a fazer, pois aparentemente ambos sabem o que devem fazer com vista a construção gradativa da consolidação e manutenção da paz em Moçambique, porque diferenças sempre vão existir, mas tem de haver algo que os une, que os faça convergir porque se é poder que ambos querem por exemplo é muito melhor para o desenvolvimento de Moçambique e reputação dos seus governantes, governar um país em paz, reconciliado e estável do que um país inseguro onde abunda a intolerância, o egoísmo, arrogância e o espírito

⁵¹ <http://ndhaneta.blogspot.com/2012/paz-deve-ser-preservada-para-sempre-.html> visitado a 13/11/2015

⁵² <http://www.dw.com/pt/analistas-pedem-a-medida-firmes-para-por-fim-a-tensao-em-mocambique/a187722537> visitado á 16/11/2015.

belicista. É preciso e urgente, encontrar outras formas de governação que acomodem os ideais construtivos de todas frentes e ideologias com vista a tornar Moçambique um país com um ambiente político saudável, onde pensar diferente não seja crucificador, onde se conviva saudavelmente nas suas diferenças.

A sociedade civil tem estado a mostrar a sua preocupação com relação a chegada ao entendimento entre o Governo e a Renamo. Tem apelado ao seu mais alto nível o engajamento e comprometimento na busca da paz efectiva em Moçambique.

O Professor Dr. Luis Valença **PINTO, Docente da Universidade Católica Portuguesa**, (2015;10/11 nas aulas da cadeira de defesa e segurança no curso de mestrado em ciência política), refere que para uma paz efectiva num determinado país é necessário observar-se os seguintes aspectos bastante relevantes nesse tipo de processos:

Manutenção da paz (“peacekeeping”); Prevenção de conflitos; estabelecimento da paz (“peacemaking”); imposição da paz (“peace enforcement”) e construção da paz (“peace building”). Deve se fazer o “**DDR**”- desarmamento, desmobilização e reintegração (onde a reintegração deve ser um processo nacional, em todos aspectos sociais, económicas, políticas desde a localidade até ao nível nacional); “**RSS**”-reforma do sector de segurança e o **R**-Reconciliação. Portanto deve se integrar os agentes de violência na sociedade para uma paz justa e reconciliação autêntica e verdadeira sem discriminação. Os protagonistas de um processo de paz devem saber dar e receber como condição indispensável para o sucesso, e num diálogo para resolução de uma determinada contenda ambos devem sair deste diálogo com a sensação de vitória o win-win e conjugação de esforços – o comprehensive approach.

E o Professor Dr. Antonio Fontes **RAMOS, Docente da Universidade Católica Portuguesa**, em 2015 nas aulas de mestrado em Resolução de Conflitos, refere que em qualquer sociedade é natural que existam interesses antagónicos entre os vários componentes sociais, nomeadamente entre os partidos políticos. Porém sejam quais forem as divergências que possam existir entre as partes envolvidas, a prossecução do bem comum, do interesse geral e a satisfação das necessidades humanas devem sobrepor-se aos interesses particularistas. O desafio da Política é antes de mais impedir que as divergências e os conflitos de interesse particularistas se exprimam pela violência. As Instituições e particularmente as Instituições políticas, como o Parlamento, destinam-se na sua essência a permitir que esses interesses se expressem publicamente, mas que simultaneamente se criem as condições para que os mesmos sejam ajustados e se caminhe para uma sociedade mais saudável, mais reconciliada, e mais integrada. Garantir a equidade, limitar a violência e substituí-la por debates políticos e batalhas eleitorais em que todos se revejam, ajustar os interesses divergentes e desenvolver a

solidariedade, constituem elementos fundamentais da vida em sociedade e em paz. Disse ainda que a solidariedade, segundo Maurice Duverger é um desafio constante para se unificar uma sociedade. Pode não existir violência, as instituições funcionarem, mas é necessário ir mais além. É necessário que constantemente se aproximem os cidadãos. De facto, além das solidariedades mecânicas (divisão de trabalho) que resultam da vida normal e da proximidade das pessoas na sua actividade, é necessário que se desenvolvam as solidariedades psicológicas (de pertença, de semelhanças culturais) em que cada cidadão se sinta cada vez mais integrado no seu país. E finalmente não podem ser esquecidas as solidariedades no tempo (intergeracionais). Cada geração é receptora do acqvis do passado mas tem a responsabilidade indeclinável de pensar nas gerações seguintes nos actos políticos e sociais que desenvolve. E para fazer a paz é necessário primeiramente entender o conflito; transforma-lo numa questão partilhada; identificar os interesses comuns e gerar uma lógica “win-win”, isto é mover de uma situação de perda – ganho para uma situação ganho-ganho.

Para superar o impasse em desacordo e vislumbrar alguma solução para esta contenda é necessário que ambas partes, se convençam que só a união de esforços traria riqueza, a paz e o progresso para Moçambique. É necessario que também se estabeleçam regras flexíveis de diálogo, conjugação de esforços de cooperação pois a paz não é apenas o calar das armas ou fim da guerra, é preciso que haja reconciliação e para que os moçambicanos exerçam verdadeiramente o espirito de unidade nacional e foquem –se em outros objectivos que trarão maior e melhor desenvolvimento a todos níveis.

6. Conclusão

Depois de uma abordagem, que pretendemos ser profunda, sobre a questão da paz em Moçambique e dos desafios que se visualizam para a sua consolidação e manutenção, foi possível perceber que realmente, estamos perante um desafio muito complexo, e que há exercícios, compromettimentos e entregas que têm que ser feitos, para manter e consolidar este bem precioso para um povo.

Fazendo um estudo do texto do AGP e dos diversos comentários sobre ele, foi possível perceber que, houve questões relacionadas com o próprio AGP, e outras que decorrem do não cumprimento de cláusulas fundamentais do mesmo, e que, a cada ano que ia passando, se foi agravando a tensão até chegar a um ponto que se pôs em causa a paz.

Assim, julgamos que o Acordo Geral de Paz, tem debilidades intrínsecas de que destacaremos duas. A constituição da Comissão Eleitoral que, não garantindo confiança sobre o processo, levou à deslegitimação do mecanismo eleitoral e em consequência dos resultados. E por outro lado o curto período de tempo (1 ano) para realizar acções de extrema complexidade (legalização dos Partidos Políticos, registo eleitoral, formação paritária das Forças Armadas Nacionais, desmobilização de combatentes e sua reintegração social) no contexto fragmentado e vulnerável de Moçambique.

Sobretudo se consideramos que tais acções dependeriam do apoio de Doadores Internacionais, cujas contribuições se atrasaram, assim como da acção das NU e são bem conhecidas as lamentações de falta de meios desta organização nos primeiros meses.

O que levou a que à data das eleições não estivesse concluído de forma definitiva o processo de DDR que as Nações Unidas consideram essencial para a Construção da paz em ambiente pós conflito como referido no texto.

O que nos leva a outra questão analisada no texto e que se prende com o momento da partida dos elementos internacionais que foram garantes do processo, nomeadamente as Nações Unidas. Esta partida deve ser efectuada faseadamente e baseada no critério de passagem para as autoridades locais de competências que estas detinham e que as autoridades estariam em condições de prosseguir de forma sustentada. Fizemos referência a duas, uma relativa ao funcionamento do sistema político e outra relativa às forças armadas.

Assim devia existir “suficiente legitimidade (democrática) percebida” e na “abertura permanente do sistema para encorajar quem perde [eleições] a continuar a sua luta de forma

não violenta e dentro da constituição”. E quanto ao sector da segurança, a retirada dos órgãos internacionais só deve iniciar-se quando o processamento dos DDR estiver concluído e as forças armadas, verdadeiramente nacionais, estiverem “sob controlo firme do Governo”, o que como os factos provam não estava adquirido, antes da retirada das NU.

Julgamos que este entendimento é de facto relevante para mostrar mais uma dificuldade da evolução em curso perante um “partido-Estado” que entendemos como gerado a partir do estado e um partido “movimento armado” gerado a partir da reacção violenta à ordem uni partidária, cada um dos quais com os seus reflexos instintivos próprios. Em que apesar de todas as instituições criadas pelos AGP ou pelas leis da República, o percurso democrático está ainda a decorrer. E também pensamos que o “processo de pacificação” deveria ter ocorrido de forma mais consistente antes que o “processo de democratização” ganhasse mais ímpeto.

Os desafios actuais do processo de construção da sociedade moçambicana exigem por isso o envolvimento activo de todos os estratos da sociedade, desde os religiosos aos profissionais e culturais para auxiliar a ultrapassar esta debilidade estrutural subjacente à formação e dinâmica dos partidos charneira. Tem ainda a ver bem como com a elaboração e implementação de políticas coerentes, capazes de responder à demanda e expectativas de todos os cidadãos, particularmente no que refere aos sectores sociais e designadamente na educação, saúde, emprego, protecção social, etc.

Isto é, no fundo e tal como Luís de Brito refere não é pela reedição de mais Acordos que se atingirá a paz em Moçambique (apesar do que foi acordado dever ser naturalmente cumprido). Mas que será necessário caminhar numa política de verdadeira reconciliação com base em instituições que promovam a verdadeira democracia, a inclusão social, e a promoção de oportunidades para todos.

Evidentemente há faltas que são bem conhecidas. O Governo da Frelimo não observou por exemplo, na integra a integração dos homens armados da Renamo em termos paritários na FADM bem como a sua reintegração a todos os níveis na sociedade, dos que foram desmobilizados. Muitos acabaram retornando as suas zonas de origem, onde combatiam no tempo da guerra, sem emprego ou actividade útil que lhes ocupasse o tempo e desse –lhes um rendimento.

O Renamo também teve os seus pecados no cumprimento do AGP. Nunca chegou a fornecer o verdadeiro número dos seus guerrilheiros para a sua reintegração, a desmobilização dos seus homens nunca foi efectiva, sempre tem pautado por um discurso belicista e tom ameaçador de regresso às matas quando tem manifestado insatisfação.

Estes protagonistas devem deixar o espirito de intolerância e desconfiança mútua permanente e de fazer transparecer que a paz em Moçambique depende das suas lideranças políticas, como

se outros factores não fossem relevantes neste processo, pois este comportamento ameaça a democracia e a paz, quando por exemplo se denigrem reciprocamente, e deixam transparecer que os interesses partidários estão acima do interesse nacional.

Portanto ambos tem as suas diferenças e para ultrapassa-las, a bem da paz e do bem comum, devem envidar todos os esforços possíveis para iniciar um processo contínuo de diálogo permanente, reconciliação verdadeira dia após dia, onde entendam que para atingir consensos é preciso saberem ouvir um ao outro, tolerar, saber ceder um ao outro para que todos saiamos vitoriosos rumo a uma paz, reconciliação verdadeira em Moçambique.

A paz não é apenas o calar das armas, é processo de conjugação de esforços de todos, que só unidos pela mesma causa iremos ultrapassar este desafio no país, aceitando os erros e corrigindo-os sempre na base do diálogo, debates, encontros permanentes, respeitando sempre as diferenças, opiniões para o bem de uma nação e de um povo.

Tanto o Governo liderado pela Frelimo, como a Renamo devem deixar o jogo político centrado apenas nos seus interesses partidários e pessoais e começar a dar primazia ao interesse nacional, isto é, ao progresso, desenvolvimento, a redução até eliminação da pobreza absoluta, a reconciliação e a cultura do espírito de pertença entre os moçambicanos.

O país é dos moçambicanos e todos gozam dos mesmos direitos e deveres. Que prevaleça a irmandade, a amizade, partilha a consciência de que para se construir um país próspero, é necessária união, cedência, respeito e limites porque ninguém é melhor que ninguém e todos precisamos uns dos outros. Com a paz consolidada e em permanente construção todos saem a ganhar pois a circulação de bens e pessoas melhora, permite a expansão de infraestruturas sociais e económicas como escolas, hospitais, empresas, pontes, linhas férreas, rede eléctrica e telefónica e a liberdade de expressão nos meios de comunicação social flui com alguma naturalidade.

A nível internacional se Moçambique souber consolidar e manter a paz torna a imagem muito melhor promovida pela positiva pois passara a veicular boas notícias de paz, reconciliação, de unidade, da vontade de construir um Estado de direito, de sair da pobreza absoluta e de caminhar para a prosperidade pois a paz é um instrumento principal e catalizador de grandes investimentos rumo ao desenvolvimento.

É da responsabilidade das lideranças no país ou actores políticos tornar Moçambique uma casa para todos moçambicanos, onde haja valores da vida: oportunidades, fraternidade, solidariedade, hospitalidade típicas da cultura Moçambicana.

Para uma paz efectiva e verdadeiramente reconciliada é necessário superar a ganância e o espirito de pobreza, onde cada actor político acha que merece mais do outro pondo o interesse do povo abaixo de interesses partidários e pessoais.

Que os moçambicanos saibam consolidar, construir, manter ás várias dimensões da paz militar, politica, económica e social e todas as suas perspectivas rumo ao desenvolvimento e a prosperidade.

Para tornar Moçambique num país verdadeiramente pacificado, todos, a começar pelos protagonistas deste processo de paz, devem se dedicar com sucesso na sua busca, com cinergias e conjugação e concertação de todos os esforços de toda a sociedade civil.

A paz só se alcança com união, entendimento e um mesmo objectivo onde todos têm de dar de si para uma permantente construção e consolidação.

BIBLIOGRAFIA

Bibilia Sagrada, 2012

Boletim da República, I Série, Nº 42 -Lei 13/92 de 14 de Outubro, Acordo Geral de Paz de Moçambique e respectivos Protocolos

BRITO Luis de (2014) *Desafios Para Moçambique*, edição iese. Maputo. Moçambique

Dicionário Moderno da Língua Portuguesa, Edição de Bolso, Escolar Editora, s/d

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências, Verbo, 2001

FORQUILHA Salvador 2014 *Desafios Para Moçambique*, edição iese. Maputo. Moçambique

GONÇALVES Jaime. P. (2014) *A Paz dos Moçambicanos*. CIEDIMA, Maputo

MAZULA Brazao. (2015) *Etica, 20 anos de Paz em Mocambique*. Maputo, Mocambique.

MOREIRA; A (2012) *Ciência Política*, 5ª edição. Coimbra. Almedina

NEVES, Gilda Motta Santos, *Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz – Perspectiva Brasileira*, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2010

NEWITT, Malyn, 2012, *História de Moçambique-BH, Publicações Europa-America Lda*, edição 116519/9425, Apartado 8, Portugal.

PINTO Luís V. (2015) Professor Dr. Docente da Universidade Católica Portuguesa em aulas no mestrado conjunto com a UCM, na Cadeira de Tecnologia e Política de Segurança e Defesa de Fronteiras Nacionais em Quelimane de

RAMSBOTHAM, Oliver, et al., *Contemporary Conflict Resolution*, Third Edition, Polity, 2011 , p.11-122

RAMOS António F. (2015) Aulas da Cadeira de Resolução de Conflitos na UCM. Quelimane

Sites electronicos consultados:

BISSOPO Manuel. Conferência Nacional Sobre a Consolidação da Paz em Mocambique o Papel dos Partidos Politicos 24/10/2012 pesquisa no site <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/135-paz-em-mocambique-precisa-de-ser-consolidada> visitado a 17/03/2015

BOAVIDA Luís. Conferência Nacional sobre a Consolidação da Paz em Mocambique –o papel do Partidos Politicos pesquisa no site <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/135-paz-em-mocambique-precisa-de-ser-consolidada> visitado a 17/03/2015

Boletim da República, I Série, Nº 42 -Lei 13/92 de 14 de Outubro, Acordo Geral de Paz de Moçambique e respectivos Protocolos

BOLINHAS Inês. “Das causas da guerra às razões da paz: A mediação da Comunidade de Santo Egídio no conflito moçambicano”. Pesquisa no site http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=106 visitado a 20/05/2015

BRANCO Castelo N. C, entrevistado no DW PROGRAMAS/CONTRASTE- “Uma Viagem, Muitos Balanços” – 20 anos de paz em Moçambique, pesquisa no site <http://www.dw.de/mocambique-é-refém-de-si-mesmo-economismo-mocambicano-carlos-nu...>

BRITO, Luís, (2014), “Uma Reflexão Sobre o Desafio da Paz em Moçambique”, *Desafios para Moçambique 2014*, disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_01_DesPazMoc.pdf

CHISSANO Joaquim A, entrevistado no DW PROGRAMAS/CONTRASTE- “Uma Viagem, Muitos Balanços” – 20 anos de paz em Moçambique, pesquisa no site <http://www.dw.de/pena-que-não-continuemos-a-ter-campos-de-reedecação-diz-joaquim-ch...> visitado á 31/03/2015

CRAVINO Janete. “Conflitos Internos-Resolução de Conflitos”, Revista Militar, Novembro de 2005, *Revista Militar nº 2446* pesquisa no site http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=21 visitado á 17/03/2015

CRAVINO, Janete, 2005, “Das causas da guerra às razões da paz: A mediação da Comunidade de Santo Egídio no conflito moçambicano”, *Revista Militar Nº 2439* - Abril de 2005, em http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=106 visitado em 5/20/2015.

DOMINGOS Raúl. “Moçambique-Negociadores culpam deficiencias na aplicação do acordo de Paz”, pesquisa no site <http://bambaramdipadida.blogspot.com/2014/07/mocambique-negociadores-culpam.html> visitado a 21/05/2015

DUDDRIDGE James. Pesquisa no site <http://s5m.ek.sl.pt> visitado á 14/05/2015

DHLAKAMA Afonso M. M. Pesquisa no site http://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_Dhlakama visitado a 17/03/2015

DW-Programas/África/Moçambique artigo sobre os momentos-chave do conflito entre a renamo e o Governo de Moçambique pesquisa no site <http://www.dw.de/momentos-de-instabilidade-politica-em-mocambique-uma-cronologia/a...> visitado á 20/01/2015

GALLI, Boutros Boutros “Supplement to an Agenda for Peace”, Position Paper, em <http://www.un.org/documents/ga/docs/50/plenary/a50-60.htm> visitado em 8/07/2015

GONCALVES Jaime P. entrevistado no DW PROGRAMAS/ÁFRICA/MOÇAMBIQUE- “Uma Viagem, Muitos Balanços” – 20 Anos de Paz em Moçambique pesquisa no site <http://www.dw.de/o-povo-viveu-a-ideia-do-abraço-entre-frelimo-e-renamo/a-16275576> visitado á 31/03/2015

Governo Mocambicano pesquisa no site <http://observador.pt.2014/12/15governo-mocambicano-acusa-afonso-dhlakama-de-violar-acordo-de-paz/> visitado a 08/04/2015

GUEBUZA Armando. E. no Informe Geral da República, pesquisa no site <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/42569-a-nacao-qcaminha-impa.....>

HARMAN Elisabete A. 2015 Aulas da Cadeira de Transições Políticas e Política Africana Contemporânea na UCM. Quelimane

HUNGUANA Teodato, Sobre as conversações entre o Governo e a Renamo. Pesquisa no site <http://comunidadeemocambicana.blogspot.com/2013/05/sobre-as-conversacoes-entre-o-gov...> visitado a 21/05/2015

PARODI Karin. CEO da Carrer Center, pesquisa no site hbrbr.com.br/o-jogo-politico-nas-organizacoes-voce-precisa-dele/ visitado a 18/11/2015

MASSINGA Hilário. Entrevista cedida a STV, transmitida no Jornal da Noite na cerimónia de graduação na UCM em 06/12/2014.

MOYANA Salomão. Entrevista cedida ao Jornal Noticias sobre a consolidação da paz e democracia em Moçambique sob o tema: o papel dos partidos políticos 24/10/2012 pesquisa no site <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/135-paz-em-mocambique-precisa-de-ser-consolidada> visitado a 17/03/2015

PACHECO José. “Governo moçambicano acusa Afonso Dhlakama de violar acordo de paz” pesquisa no site <http://www.sapo.pt/noticias/governo-mocambicano-acusa-afonso-dhlakama-de-548f25b2...> visitado a 20/05/2015

PANTIE Sérgio. Conferencia Nacional sobre a Consolidação da Paz em Mocambique- o papel dos Partidos Politicos pesquisa no site <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/135-paz-em-mocambique-precisa-de-ser-consolidada> visitado a 17/03/2015

Presidente da Republica na conferência de imprensa, pesquisa no site <http://macua.blogs.com/moambique-para-todos/2014/06/pr-acusa-renamo-n%C3%A3o-respeito-vida-e-liberdade-das-pessoas.html> visitado a 9/04/2015

RICCARDI Anddrea., entrevistado no DW PROGRAMA/ÁFRICA/MOÇAMBIQUE- “Uma Viagem, Muitos Balanços” – 20 anos de paz em Moçambique, pesquisa no site <http://www.dw.de/20-anos-depois-da-paz-democracia-ainda-deve-crescer-em-moçambique...> visitado á 31/03/2015

SIMANGO Daviz M. “Entrevista concedida a STV e transmidida no Jornal da Noite” de 24/05/2015

SENGULANE Dinís, Entrevista no Moçambique para todos. “Acordos de Roma há de ter imperfeições próprias do Homem” pesquisa no site http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/11/acordo-de-roma-h%C3%A1-de-t...

TOMÉ Manuel, “Frelimo acusa a Renamo de procurar protagonismo”. Pesquisa no site <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20110801-frelimo-acusa-renamo-de-procurar-protagonis...> a 21/05/2015

Outras Fontes:

Jornal Magazine ; Ano IX; no 445, pag. 16/17, 2015

Jorna Canal de Mocambique : Ano IX, nº 868/329 :pg 16-17, 2015

Jornal Savana: Ano XXII, no 1141, pag. 28, 2015